

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSHIPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 056/2021
Data: 15/04/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO APURA REGRAMENTOS DO PDZ DO PORTO DE SANTOS..... | 4 |
| CANAL DE SUEZ QUER INDENIZAÇÃO DE US\$ 916 MILHÕES..... | 5 |
| PORTAL PORTO GENTE | 5 |
| RESTRIÇÕES DE CIRCULAÇÃO AUMENTAM DEMANDA POR LOGÍSTICA..... | 5 |
| PREOCUPAÇÃO COM MODELO ÚNICO PARA DESESTATIZAÇÃO DA CODESA..... | 6 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 7 |
| MINISTÉRIO DA ECONOMIA E GOVERNO DO RIO DE JANEIRO DISCUTEM IMPLANTAÇÃO DA ZPE DO AÇU..... | 7 |
| SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ REALIZA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DA RETROÁREA PÚBLICA..... | 8 |
| NPAOC “ARAGUARI” REALIZA EXERCÍCIOS COM PORTA-HELICÓPTEROS ANFÍBIO “DIXMUDE” DA MARINHA NACIONAL DA FRANÇA..... | 9 |
| APEX-BRASIL PROMOVE OFICINAS SOBRE EXPORTAÇÃO..... | 9 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF | 10 |
| GOVERNO FEDERAL DEVERÁ FAZER ESTUDO DE VIABILIDADE PARA CONCESSÃO DE RODOVIAS DE SC..... | 10 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 11 |
| O MAR, NOVO CENÁRIO DE CONFRONTO ENTRE ISRAEL E IRÃ..... | 11 |
| PREÇOS DO PETRÓLEO OPERAM PERTO DE MÁXIMA EM UM MÊS COM MELHOR VISÃO SOBRE DEMANDA..... | 12 |
| NO FINAL DA RECUPERAÇÃO, CRESCIMENTO EM ‘V’ FOI ATENUADO, DIZ PRESIDENTE DO BC..... | 13 |
| TODAS AS 5 ATIVIDADES DE SERVIÇOS REGISTRARAM ALTA EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO..... | 14 |
| GOVERNO QUALIFICA TRÊS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PPI..... | 14 |
| PPI – PROGRAMA DE PARCERIA DE INVESTIMENTO - GOV | 14 |
| DECRETO QUALIFICA TRÊS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PPI..... | 14 |
| PUBLICADO DECRETO QUE INCLUI OS CORREIOS NO PND..... | 15 |
| EXTRA ONLINE | 16 |
| GOVERNO PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA PARA ALTERAR GESTÃO DE CARGOS COMISSIONADOS NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL; CONFIRA AS MUDANÇAS..... | 16 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 17 |
| MESMO COM REAJUSTE, IMPORTADORES CALCULAM DEFASAGEM DE 7% NA GASOLINA..... | 17 |
| CASTELLO BRANCO “SEGUROU” PREÇOS, DISSE GUEDES..... | 17 |
| RECUPERAÇÃO DA DEMANDA POR COMBUSTÍVEIS NA AMÉRICA LATINA SERÁ GRADUAL E LENTA, APONTA PLATTS..... | 18 |
| CESSÃO ONEROSA PODE SUBSIDIAR FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS..... | 19 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 22 |
| PETROBRAS: SILVA E LUNA DEVE SER CONFIRMADO PRESIDENTE NA SEXTA. VEJA QUAIS SERÃO AS PRIMEIRAS MEDIDAS..... | 22 |
| EX-PRESIDENTE DA BRASKEM SE DECLARA CULPADO EM ESQUEMA DE SUBORNO DE US\$ 250 MILHÕES..... | 23 |
| BC APOSTA EM PROTEÇÃO DE 90% APÓS SEGUNDA DOSE DA VACINA E REABERTURA DA ECONOMIA NO SEGUNDO SEMESTRE..... | 24 |
| PARA DESTRAVAR ORÇAMENTO, GOVERNO NEGOCIA ACORDO PARA BLOQUEAR ATÉ R\$ 30 BI EM DESPESAS..... | 25 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 27 |
| EM ANO DE ELEIÇÕES, BOLSONARO TERÁ R\$ 106 BILHÕES DE ESPAÇO NO TETO PARA AMPLIAR GASTOS..... | 27 |
| FATURAMENTO DA VIAPOL DISPARA COM OBRAS EM PORTOS DE URUGUAI E PARAGUAI..... | 28 |
| NO MERCADO SECUNDÁRIO, DEBÊNTURE DA VALE TEM PREÇO 8% ACIMA DE LOTE DO BNDES..... | 28 |
| HIROVIAS DO BRASIL INICIA PROJETO COM A WEG PARA ELETRIFICAR EMBARCAÇÕES..... | 29 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 30 |
| VLI ANALISA PROJETO DA FERROGRÃO E DEFINE ARCO NORTE COMO PRIORIDADE..... | 30 |
| USINAS FECHAM PREÇOS DO AÇÚCAR COM ANTECIPAÇÃO INÉDITA..... | 31 |
| POR ACORDO MERCOSUL-UE, GOVERNO BRASILEIRO ACENA COM DOCUMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE..... | 32 |
| PERDA DE GRÃOS SEGUE EXPRESSIVA NO BRASIL..... | 33 |
| MME ESPERA R\$ 2 BI EM LEILÃO MINERAL NO PARÁ..... | 34 |
| G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO | 35 |
| OPERAÇÕES NO PORTO DE RIO GRANDE SÃO RETOMADAS APÓS ACIDENTE..... | 35 |



| | |
|--|-----------|
| FOLHA DE SÃO PAULO - SP | 36 |
| AUTORIDADE PORTUÁRIA RECEBE PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DE TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ | 36 |
| GOVERNO APROVA COMPENSAÇÕES DE US\$ 6,45 BI À PETROBRAS EM LEILÃO DE SÉPIA E ATAPU | 38 |
| GERDAU LANÇA NOVA EMPRESA PARA ATUAR NO MERCADO DE GRAFENO | 39 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS..... | 40 |
| MARK JUZWIAK É O NOVO PRESIDENTE DA ABAC | 40 |
| ESTIVADORES DE PARANAGUÁ RECEBEM SUSPENSÕES E TÊM REGISTROS CANCELADOS POR FALTA DE ASSIDUIDADE..... | 40 |
| A HAPAG-LLOYD ENCOMENDA 150 MIL CONTÊINERES PADRÃO E REFRIGERADOS | 42 |
| WARTSILA TEM ANO RECORDE COM PEDIDO DE PURIFICADORES NO ESTALEIRO JAPAN MARINE UNITED | 42 |
| CANAL DO PANAMÁ ADIA AJUSTE DE SERVIÇO..... | 43 |
| PORTO DO ITAQUI CRESCE 25,4% NO 1º TRIMESTRE | 43 |
| CODESA LIMPA CANAL EM CAPUABA E IMPLANTA 'CORTINA VERDE' | 44 |
| ASSINADO ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO DO TERMINAL DE GRANEL LÍQUIDO (TGL) DO PORTO DE IMBITUBA | 45 |
| PORTO DE ITAJAÍ REALIZA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DA RETROÁREA | 46 |
| COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES DA CÂMARA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA | 46 |
| MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA | 47 |
| MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 47 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MINISTÉRIO PÚBLICO APURA REGRAMENTOS DO PDZ DO PORTO DE SANTOS

Iniciativa teve origem em denúncia do Settaport. Autoridade Portuária lembra que TCU deu aval ao plano

Por *Fernanda Balbino - Da Redação*



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.154170:1618504469/Autoridade-Portuaria-de-Santos-APS-SPA.png?f=2x1&\\$p\\$f=0f77949&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.154170:1618504469/Autoridade-Portuaria-de-Santos-APS-SPA.png?f=2x1&pf=0f77949&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Sede da Autoridade Portuária de Santos: investidas contra o PDZ na Justiça não prosperaram (Foto: Arquivo)

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) apura possíveis incompatibilidades entre o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos e as normas de direito ambiental e urbanístico da Cidade. O motivo é a intensificação da movimentação de fertilizantes nas regiões de Outeirinhos e Paquetá. Por isso, iniciou um procedimento preparatório de inquérito civil.

Nele, o MP encaminhou questionamentos à Autoridade Portuária de Santos (APS), à Prefeitura de Santos e ao Ministério da Infraestrutura sobre as regras de exploração do cais santista. A apuração é fruto de uma denúncia do Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Settaport).

“Esperamos que os questionamentos que estamos fazendo há muito tempo, agora com Ministério Público, sejam respondidos. E esse PDZ da forma que foi implantado não dá para a Cidade, a sociedade civil e os trabalhadores aceitarem. Ele coloca os trabalhadores e a Cidade em risco ambiental e risco social”, afirma o presidente do Settaport, Francisco Nogueira, que também é vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Santos.

O sindicalista se refere à movimentação de fertilizantes em áreas de grande densidade populacional e ainda ao desemprego causado pela paralisação de atividades do terminal do Grupo Marimex, em Outeirinhos, onde deve ser construída uma pera ferroviária.

“Nos termos da representação, a movimentação desse tipo de carga em áreas urbanizadas, em razão de sua periculosidade e toxicidade, seguiria na contramão das melhores práticas internacionais, e o PDZ não teria sido precedido de estudos ambientais que avaliassem os riscos ambientais associados a esse novo zoneamento”, destacou o MP em uma portaria.

O órgão também considera “que eventuais impactos negativos causados pelas atividades a serem desenvolvidas graças às referidas modificações do zoneamento portuários possuem potencial para extravasar os limites da área do Porto Organizado, e serão sofridos, sobretudo, no âmbito local, isto é, gerarão prejuízo à qualidade ambiental da Comarca de Santos, ou à saúde, segurança, à vida ou à qualidade de vida de moradores e trabalhadores”.

Envolvidos

Procurada, a APS informou que o PDZ atende a todos os critérios e normativos vigentes e que a investida do Settaport “é mais uma tentativa de desqualificá-lo sem lastro técnico, o que vai na contramão do próprio desenvolvimento do Porto e em oposição ao interesse público”.

A APS aponta, ainda, que as investidas contra o PDZ na Justiça não prosperaram até o momento e, no Tribunal de Contas da União (TCU), a área técnica manifestou-se pela regularidade do PDZ.

“Causa estranheza a insistência do Settaport contra o futuro terminal de fertilizantes, visto que o Porto movimentava há décadas milhões de toneladas dessa carga anualmente via descarga direta e em terminal especializado, o que é feito com todos os controles e segurança definidos pelos órgãos de licenciamento ambiental e de regulação do setor”, destacou a APS, em nota.

A Prefeitura de Santos informou que ainda não foi notificada oficialmente, mas atenderá eventual demanda do MP sobre o PDZ dentro do prazo estipulado. E o Ministério da Infraestrutura não respondeu aos questionamentos da Reportagem até o fechamento desta edição.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/04/2021

CANAL DE SUEZ QUER INDENIZAÇÃO DE US\$ 916 MILHÕES

Autoridades do canal buscam uma indenização contra o proprietário japonês da embarcação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.151078:1617036930/Navio-desencalha-do-Canal-de-Suez.jpeg?f=3x2&\\$p\\$f=2310597&q=0.8&w=360&\\$w=1071b2b](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.151078:1617036930/Navio-desencalha-do-Canal-de-Suez.jpeg?f=3x2&pf=2310597&q=0.8&w=360&$w=1071b2b)

Canal de Suez quer indenização de US\$ 916 milhões (Foto: AP/Estadão Conteúdo)

O navio Ever Given, que bloqueou o Canal de Suez por quase uma semana, em março, está novamente parado na hidrovia. Desta vez, o motivo é que as autoridades do canal buscam uma indenização de US\$ 916 milhões contra o proprietário japonês da embarcação. O porta-

contêiner, de propriedade de Shoei Kisen, está estacionado em um lago que separa duas seções do canal, desde que foi desencalhado em 29 de março.

O Ever Given, que tem 400 metros de comprimento (quase quatro campos de futebol), ficou atravessado diagonalmente dentro do canal que não tem mais de 200 metros de largura, bloqueando o tráfego nos dois sentidos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/04/2021

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 15/04/2021



PORTAL PORTO GENTE

RESTRIÇÕES DE CIRCULAÇÃO AUMENTAM DEMANDA POR LOGÍSTICA

Assessoria de Comunicação

Digitalização continua sendo saída para empresas driblar a crise

Passado o primeiro ano de pandemia, as restrições de circulação voltaram a ser aplicadas em todo o país. Em meio ao fechamento do comércio físico, as vendas online e a digitalização seguem sendo uma alternativa para amenizar os impactos econômicos, com a tendência de aumentar ainda mais a demanda por logística. Com tamanha incerteza na economia, algumas decisões precisam ser tomadas diariamente, uma agilidade que as novas tecnologias proporcionam aos negócios.



Segundo dados da 6ª rodada da Pesquisa de Impacto no Transporte – Covid-19, realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), a maioria das empresas entrevistadas acreditam que não haverá mudanças no cenário nos próximos seis meses. Das 580 organizações de cargas e passageiros de todos os modais de transporte ouvidas, 28,6% estão otimistas e vislumbram um crescimento da demanda no setor.

Diversas empresas precisaram aceitar a realidade e buscar meios para continuar sobrevivendo, o que não foi diferente com a logística. Apesar das constantes ondulações do mercado, a digitalização também chegou com tudo na logística de transportes, tornando-se uma opção que reduz custos, melhora o processo de entregas e apresenta informações em tempo real. Alguns especialistas em tecnologia acreditam que digitalizar os serviços de um negócio pode ser a salvação para não falir.

De acordo com Antonio Wroblewski, presidente da Pathfind, empresa especializada em otimização e redução de custos logísticos, algumas iniciativas devem ser consideradas neste período:

Repensar e replanejar o negócio, além de fazer um planejamento estratégico para o ano, considerando tomada de decisões mais frequentes de acordo com o cenário e o contexto da pandemia;

Ter informações em tempo real para saber como agir estrategicamente, ou seja, digitalizar e investir em machine learning;

Entender o que realmente é lockdown, compreendendo as implicações econômicas e financeiras dessa condição;

Construir um ambiente corporativo online. Quanto mais rápido aceitar essa realidade, melhor.

“Tem que ter machine learning, que é o aprendizado do dia a dia, o que está acontecendo na sua empresa. Como minimizar e fazer com que isso represente um impacto menor”, exemplifica. O executivo afirma ainda que as empresas mais organizadas criaram um comitê de crise, que acompanha a evolução da crise pandêmica, os índices do negócio e analisa como podem adequar todos esses fatores.

“Com o contexto do lockdown, o nosso sistema é uma facilidade que oferece a oportunidade para que as empresas fechem os escritórios e continuem com as suas atividades. A quarentena vai continuar, mas não vão acabar as entregas e as transferências entre fábricas”, completa Wroblewski. Para o empresário, não há como imaginar um agora e um futuro na logística sem incluir as novas tecnologias, conjuntura antecipada pelo coronavírus. “As informações internas e os números da pandemia estão ligados, e se você correlaciona-los, pode fazer comparativos e tomar decisões melhores”, finaliza.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 15/04/2021

PREOCUPAÇÃO COM MODELO ÚNICO PARA DESESTATIZAÇÃO DA CODESA

Assessoria de Comunicação

Em seminário, o presidente da associação defendeu que sejam preservadas as particularidades dos portos e que, no processo de desestatização, sejam adotados modelos distintos para o Porto de Vitória e para a Barra do Riacho

O presidente da ATP (Associação dos Terminais Portuários Privados), Murillo Barbosa demonstrou, nesta terça-feira durante o "Seminário de Desestatização de Portos de Interesse Público no Brasil", grande preocupação com a definição de um modelo único para a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e seus desdobramentos nos outros processos de desestatização, já que o modelo poderia servir de referência para os demais portos brasileiros.

No encontro virtual, Barbosa lembrou que a ATP sempre foi favorável à desestatização, pois representa o reconhecimento do governo sobre a necessidade de aumento da qualidade da gestão da autoridade portuária. "A nossa preocupação é que a definição do modelo de negócios para Codesa contamine e transborde para os próximos processos de desestatização. As particularidades de cada porto organizado devem ser preservadas e os processos devem ser analisados caso a caso, já que temos 36 portos organizados espalhados por todo o país, com as mais diversas composições", ressaltou.

Durante participação no painel - O processo de Desestatização dos Portos Públicos Brasileiros - o presidente da ATP destacou alguns pontos do modelo proposto que podem impactar negativamente a operação dos TUPs (Terminais de Uso Privado), que respondem por 66% da movimentação de cargas no Brasil.

Entre os pontos, destacam-se a manutenção dos acordos em vigor com a autoridade portuária, a poligonal do porto organizado, a participação de arrendatário sobre a forma de consórcio, o aluguel de molhes e, especialmente, as tarifas deixando de ser contrapartida de prestação de serviço para se tornarem fonte de receita para o novo concessionário.

Barbosa lembrou que, com o novo modelo de negócios, o que antes poderia ser uma fonte de receita eventual para o Estado, se transformou em uma fonte de receita fixa. A previsão é que 7.5% da receita bruta do porto será passada para a União à título de concessão.

"A melhoria de gestão das autoridades portuárias brasileiras é absolutamente necessária, mas os TUPs e os arrendatários não podem pagar a conta. O objetivo da desestatização é perseguir a melhoria da gestão, mas esse componente arrecadatório nos preocupa muito", completou.

O debate virtual foi promovido pela ENIDH (Escola Superior Náutica Infante D. Henrique), de Portugal, em conjunto com a Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina) e a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e contou com a participação de Marcelo Werner Salles, diretor da ABEPH; Antônio Júlio Castiglioni Neto, presidente da CODESA (ES) e Fábio da Veiga, superintendente do Porto de Itajaí. A mediação do debate foi da professora e pesquisadora da UFSC, Sandra Rolim Ensslin.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 15/04/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E GOVERNO DO RIO DE JANEIRO DISCUTEM IMPLANTAÇÃO DA ZPE DO AÇU

Informação: Agência Porto (15 de abril de 2021)

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), Carlos Da Costa, e representantes do governo do estado do Rio de Janeiro definiram o novo cronograma para implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Açúcar, em São João da Barra, no Norte Fluminense. A expectativa é de que a ZPE do Açúcar entre em funcionamento já em 2023, com possibilidade de atrair R\$ 40 milhões em investimentos e gerar cerca de 2 mil empregos.

De acordo com o cronograma – que ainda depende da aprovação do Conselho das ZPEs – será lançado no final do mês de junho o edital para seleção da empresa que vai viabilizar e administrar a ZPE. Em seguida, em outubro, deve ocorrer a assinatura dos contratos. Em janeiro de 2022 acontece a abertura da empresa administradora.

Segundo o secretário Carlos Da Costa, esse é mais um passo em direção ao desenvolvimento das Zonas de Processamento de Exportação. Ele ressaltou que, mesmo durante o período de pandemia, mantém o compromisso com o crescimento econômico do país, garantindo mais liberdade e segurança para o empresário. “A ZPE do Açú terá todo o apoio do governo federal para gerar desenvolvimento, emprego e renda para o estado do Rio de Janeiro, além de fortalecer o investimento das empresas na região”, afirmou.

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, Leonardo Soares, lembrou que a ZPE faz parte das políticas do governador Claudio Castro para diversificar e descentralizar a atividade econômica no estado, de modo a reduzir desigualdades entre as regiões. E completou: “E, principalmente, viabilizando projetos que ofereçam oportunidades imediatas para o trabalhador fluminense”.

A região da ZPE possui uma localização estratégica, abrigando o complexo industrial e portuário do Porto do Açú. Por isso, o secretário da Casa Civil do Rio de Janeiro, Nicola Miccione, reforçou o compromisso do estado com a entrega do empreendimento. “Estamos fazendo todos os esforços para construir um estado forte e dar segurança para as empresas investirem aqui. Atrair bons negócios e garantir os benefícios para a população são prioridades do governo”, concluiu.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/04/2021

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ REALIZA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DA RETROÁREA PÚBLICA

Informação: Porto de Itajaí (15 de abril de 2021)

Visando a segurança dos trabalhadores portuários, caminhoneiros e usuários do porto, a Superintendência do Porto de Itajaí na condição de Autoridade Portuária está realizando a recuperação do pavimento asfáltico na área primária. Os esforços estarão concentrados entre os berços 3 e 4, que compreende a retroárea pública.

Na primeira mobilização, executada nessa terça (13), foram usados 47 m³ de asfalto para recuperar 726 m² de área. As obras estão sendo executadas pela Infrasul, empreiteira de pavimentação de Joinville, contratada e responsável através de processo de licitação.

“A recuperação asfáltica era um pedido dos nossos trabalhadores portuário avulsos, caminhoneiros e do operador portuário e se faz necessária e essencial para a segurança de nossas operações. Essa primeira etapa foi executada ontem e o contrato prevê ainda outras áreas para serem recuperadas”, ressalta Fábio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí.

“Estamos retirando o asfalto das áreas mais afetadas pelo alto fluxo de caminhões e colocando o novo pavimento. É uma ação de manutenção, que é constante, deve ocorrer de forma esporádica e é inclusive uma exigência da ANTAQ (Agencia Nacional de Transportes Aquaviários)”, reforça Jucelino Santos Sora, Diretor Geral de Engenharia da Superintendência do Porto de Itajaí.

Ele destaca ainda que a principal motivação dessas manutenções é a segurança da vida dos nossos trabalhadores e também das mercadorias, já que um desnível no asfalto pode ocasionar um tombamento de máquina ou contêiner.

As operações não foram paralisadas, apenas algumas praças foram parcialmente afetadas.

“Iniciamos nessa terça-feira a primeira etapa, aproveitando as janelas de operação e os melhores momentos para não atrapalhar a movimentação. Por isso, o segundo dia dessa primeira etapa, que seria realizado nesta quarta-feira (14), será realizado no próximo sábado (17)”, finaliza Fábio.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/04/2021

NPAOC “ARAGUARI” REALIZA EXERCÍCIOS COM PORTA-HELICÓPTEROS ANFÍBIO “DIXMUDE” DA MARINHA NACIONAL DA FRANÇA

Informação: *Marinha do Brasil (15 de abril de 2021)*



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/rgbetgqvcewbfrqvqr.jpg>

NPaOc “Araguari” e PHA “Dixmude” durante exercícios na costa africana

O Navio-Patrolha Oceânico (NPaOc) “Araguari”, subordinado ao Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Nordeste, realizou, no dia 10 de abril, exercícios de Leap Frog e de Operações Aéreas com o Porta-Helicópteros Anfíbio (PHA) “Dixmude”, da Marinha Nacional da França, por ocasião do regresso do continente Africano, no encerramento da participação do

Brasil no exercício multinacional “Obangame Express 2021”.

Durante o exercício de Leap Frog, os navios realizaram aproximação lateral e manutenção do posicionamento, adotando o mesmo rumo e velocidade. Em seguida, o helicóptero orgânico do PHA “Dixmude”, “Alquette III”, efetuou pouso e decolagem a bordo do NPaOc “Araguari”, bem como exercício de Pick-Up, com içamento de cargas leves no convoo do navio.

Os exercícios objetivaram incrementar o treinamento das equipes operativas de ambos os navios, além de elevar o nível de interoperabilidade entre a Marinha do Brasil e a Marinha Nacional da França, contribuindo para o aumento da segurança marítima do Atlântico Sul frente a ameaças como a pesca ilegal, o tráfico de entorpecentes e o contrabando.

Helicóptero do PHA “Dixmude” realizou pouso e decolagem no convoo do NPaOc “Araguari”

Fonte: *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*
Data: 15/04/2021

APEX-BRASIL PROMOVE OFICINAS SOBRE EXPORTAÇÃO

Informação: *ANBA (15 de abril de 2021)*



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/fh_mv74klfhvb-300x200.jpg

São Paulo – Exportadores brasileiros poderão participar de abril até agosto de oficinas online de competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). As inscrições estão abertas até a sexta-feira (16) para a primeira oficina da agenda, nos dias 19 e 20 de abril, sobre “Introdução à Exportação”.

Segundo informações divulgadas pela Apex-Brasil, o objetivo é complementar a formação dos empresários brasileiros para encarar o mercado global. As oficinas terão a participação de professores da Fundação Vanzolin, parceira na ação. Elas fazem parte de uma estratégia ampla da Apex-Brasil de qualificação para exportação.

Depois da oficina da próxima semana, o calendário segue com os temas Plano de Negócios Internacionais, Marketing e Vendas Internacionais, Operações e Logística Internacionais, Planejamento Financeiro Internacional, Negociação no Comércio Internacional, Contratos Internacionais, além de Inovação e Desenvolvimento de Produtos para o Comércio Exterior. O custo por oficina é de R\$ 150.

Serviço:

Oficina Introdução à Exportação

Dias 19 e 20 de abril

Das 15h às 17h

Inscrições aqui

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/04/2021

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO FEDERAL DEVERÁ FAZER ESTUDO DE VIABILIDADE PARA CONCESSÃO DE RODOVIAS DE SC

Em reunião com governadora interina, ministro da Infraestrutura também destacou os trabalhos nas BRs 470, 280, 285 e 163



https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-devera-fazer-estudo-de-viabilidade-para-concessao-de-rodovias-de-sc/reuniao_govsc_ministro.jpeg/@_@images/3cd6d542-2d19-417f-b11e-2868f427cbc4.jpeg

Reunião ministro governadora

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, adiantou nesta quarta-feira (15) a possibilidade de elaboração de um estudo de concessões integradas, tanto das rodovias federais, quanto das estaduais, de Santa Catarina. A

afirmação ocorreu durante reunião com a governadora interina Daniela Reinehr, que apresentou as necessidades de infraestrutura do estado.

Segundo ministro, o estudo ficará a cargo da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que faz trabalho similar no Paraná. O projeto do Governo Federal para as rodovias paranaenses prevê R\$ 42 bilhões de investimentos, em mais de 3 mil quilômetros de rodovias, divididos em seis lotes. Além disso, serão outros R\$ 34 bilhões destinados para a conservação das rodovias e contratação de serviços para atendimento aos usuários.

“Isso abre a perspectiva de a gente trazer muito investimento para o estado e melhorar bastante a malha viária”, afirmou o ministro. No Paraná, mais de 1,7 mil quilômetros serão duplicados até o sétimo ano do contrato, o que representa 90% do trecho concedido, além de outros 350 quilômetros de faixa adicional e terceira faixa para apoio ao trânsito, pontos de parada e descanso para caminhoneiros e contornos de integração entre as rodovias.

Na reunião, o ministro ainda destacou o andamento de obras rodoviárias no estado. “As obras de Santa Catarina vão andar e vão andar com velocidade este ano. A gente vai ver a duplicação da 470 andando com velocidade, a 280 melhorando performance, a conclusão da 285 e o início de obras da 163, além da manutenção das obras da 282 e da 158”, detalhou.

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 15/04/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

O MAR, NOVO CENÁRIO DE CONFRONTO ENTRE ISRAEL E IRÃ



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/04/7fdfdbd37fcb1fea121ccc4826d8ce99bef20423-768x432.jpg>

Esta foto tirada em 28 de fevereiro de 2021 mostra o navio de carga MV Helios Ray, de propriedade israelense, atracado em Mina Rashid (Port Rashid) de Dubai - AFP

Há anos, Israel e Irã estiveram em confrontos direta ou indiretamente no Líbano, na Síria e na Faixa de Gaza. Mas, nos últimos meses, essa rivalidade se espalhou para o mar, após uma misteriosa série de

sabotagens e ataques.

Guerra contra o Hezbollah libanês, aliado de Teerã, operação contra islamitas do Hamas em Gaza, seguidos de centenas de ataques israelenses contra elementos “pró-iranianos” na vizinha Síria: por meio de “parceiros” ou de suas próprias tropas, Irã e Israel protagonizam um longo conflito no Oriente Médio.

Esta guerra também está sendo travada nas áreas de espionagem e cibersegurança, por exemplo, com uma operação do Mossad (serviço secreto de Israel) em 2018, que permitiu o roubo de 55.000 páginas de arquivos nucleares iranianos, partes dos quais foram apresentados a pesquisadores da universidade americana de Harvard.

Nesse contexto, o Irã acusou Israel de perpetrar ataques cibernéticos contra instalações estratégicas, enquanto os Estados Unidos assassinaram o general iraniano Qassem Soleimani no Iraque.

O Estado hebreu sofreu um ataque cibernético contra seu sistema de distribuição de água, enquanto um físico nuclear iraniano proeminente, Mohsen Fajrizadehn, foi morto no final de 2020 em uma operação atribuída ao Mossad em território iraniano.

– “Ligados à questão nuclear” –

“Estamos diante de uma reação em cadeia (...). Para alguns começou com os arquivos roubados pelo Mossad, para outros com o assassinato de Soleimani (...). Esses eventos estão ligados à questão nuclear, e à tentativa iraniana de se posicionar na Síria e à disposição de Israel de evitá-la”, diz o analista Sima Shine.

E, um novo fenômeno, “vimos nas últimas semanas a guerra marítima Irã-Israel depois de permanecer em segredo por dois anos”, acrescenta o diretor do programa sobre o Irã do Instituto de Pesquisas de Segurança (INSS) de Tel Aviv, em teleconferência com jornalistas.

Em 2019, o Irã denunciou ataques a três petroleiros no Mar Vermelho, enquanto Israel tenta conter o suposto tráfico de armas iranianas para seus aliados, mas também limitar a capacidade de Teerã de contornar as sanções dos EUA sobre sua venda de petróleo.

Mas em 25 de fevereiro, as coisas mudaram: um cargueiro israelense, o “MV Helios Ray”, foi atacado no mar. Desde então, as agressões aumentaram: o navio iraniano “Shahr-e-Kord” sofreu o mesmo perto da Síria, seguido pelo cargueiro israelense “Lori” no Mar Árabe, o cargueiro iraniano “Saviz” no Mar Vermelho, e na terça-feira o israelense “Hyperion Ray” perto dos Emirados, de acordo com diferentes fontes.

“Até agora, este conflito marítimo tem sido de baixa intensidade, de tom acinzentado, abaixo do limiar das hostilidades declaradas (...). Mas o ritmo está se acelerando e deve aumentar, até mesmo se espalhando para uma área geográfica maior. E potencialmente novas táticas”, como ataques de submarinos ou drones, segundo o pesquisador Farzin Nadimi, do Washington Institute for Near East Policy.

– “Evitar uma escalada” –

Como nenhum navio afetado sofreu danos graves, deduz-se “esforços calculados de cada lado para evitar uma escalada”, que poderia “comprometer o transporte internacional”.

“Ambos os campos não querem uma escalada, mas a situação pode degenerar, israelenses e iranianos estão cientes disso e estão tentando evitá-lo”, disse à AFP Menahem Merhavy, especialista em Irã da Universidade Hebraica de Jerusalém.

O Irã é severamente afetado pela pandemia de covid-19 e por suas tensões com o Ocidente.

Para os especialistas, não é hora de embarcar em aventuras bélicas. Pelo contrário, tentar fazer com que os Estados Unidos, sob a presidência de Joe Biden, voltem ao acordo nuclear de 2015, abandonado por Trump. Claro, Israel se opõe a esse retorno, mas também não quer antagonizar Washington.

Fonte: IstoÉ-Dinheiro

Data: 15/04/2021

PREÇOS DO PETRÓLEO OPERAM PERTO DE MÁXIMA EM UM MÊS COM MELHOR VISÃO SOBRE DEMANDA

Por Ahmad Ghaddar

LONDRES (Reuters) – Os preços do petróleo recuavam levemente nesta quinta-feira, mas seguiam perto de máxima em um mês, em meio a melhores projeções de demanda da Agência Internacional de Energia (IEA) e da Opep à medida que importantes economias se recuperam da pandemia.

O petróleo Brent recuava 0,04 dólar, ou 0,06%, a 66,54 dólares por barril, às 8:30 (horário de Brasília). O petróleo dos Estados Unidos caía 0,1 dólar, ou 0,16%, a 63,05 dólares por barril.

Mais cedo, tanto o Brent quanto o WTI tocaram os maiores níveis desde 18 de março, a 66,94 dólares e 63,48 dólares, respectivamente.

Ambos os contratos avançaram cerca de 5% na quarta-feira.

“O apoio está vindo de diversos aspectos. Por um lado, o ambiente macro segue favorável em termos de perspectivas econômicas, de apetite a risco entre investidores e pelo dólar mais fraco”, disse o Commerzbank.

A IEA e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) revisaram para cima suas projeções para o crescimento da demanda em 2021, enquanto os preços também foram apoiados por uma grande queda nos estoques dos EUA.

Os estoques norte-americanos de petróleo recuaram em 5,9 milhões de barris na semana passada, segundo a Administração de Informação de Energia (AIE).

A disciplina na oferta e economias em recuperação devem dar ao petróleo a chance de romper o intervalo em que vem sendo negociado mais recentemente, disse o Goldman Sachs em relatório.

“Seguimos positivos quanto à projeção de que o Brent vá chegar a 80 dólares por barril no 3º trimestre de 2021, com uma recuperação da demanda no curto prazo e a disciplina na oferta”, afirmou.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro
Data: 15/04/2021

NO FINAL DA RECUPERAÇÃO, CRESCIMENTO EM 'V' FOI ATENUADO, DIZ PRESIDENTE DO BC

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, repetiu nesta quinta-feira, 15, que a economia brasileira teve formato de recuperação muito parecido com um "V", mas ponderou que a segunda onda da pandemia de covid-19 atenuou o formato desse "V". "Os dados da ponta de energia elétrica, veículos e cartão de crédito mostram uma queda bem menor do que a registrada na primeira onda. Há uma surpresa positiva sobre a resiliência da economia. A gente entende que a partir do segundo semestre o setor de serviços vai melhorar também", afirmou, na abertura do evento virtual "Fintouch – Desafios das Fintechs 21/22", organizado pela ABFintechs.

Campos Neto lembrou que a inflação em 12 meses deve alcançar um pico ao longo do ano por um efeito de estatística, com a substituição dos níveis baixos de 2020. "Grande parte do delta de inflação se deve aos preços das commodities e isso é um fenômeno mundial", completou.

O presidente do BC repetiu que a instituição iniciou um processo de alta de juros porque viu as expectativas de inflação em alta, já ameaçando contaminar o índice de 2022. "Se fizermos mais (alta de juros), evitamos de forma mais eficiente essa contaminação da inflação, que é temporária", reafirmou.

Campos Neto citou ainda as revisões do BC e do mercado nas projeções para as contas externas, com melhora nas estimativas de superávit na balança comercial de 2021.

Segunda onda de covid-19

O presidente do Banco Central repetiu também que a segunda onda da pandemia de covid-19 no Brasil teve um volume de óbitos mais elevado devido à nova variante do vírus. Ele reforçou, no entanto, que o Brasil está avançando na vacinação, o que deve reduzir o número de mortes, a exemplo do que ocorre em outros países.

"O mundo vacinou 10% da população, com destaque para os Estados Unidos, e o Brasil tem avançado. A vacinação é a variável mais importante no curto prazo para determinar a reabertura da economia. E as perspectivas das pessoas e a expectativa para o futuro acabam se incorporando no presente", afirmou Campos Neto. "A vacinação começou realmente a ganhar uma velocidade maior", disse, destacando que no segundo semestre, o País estará em situação de reabertura da economia

Segundo Campos Neto, diversos países têm muito mais vacinas contratadas do que é necessário para suas populações se imunizarem. "Em algum momento do processo de vacinação, haverá uma sobra grande que será redistribuída. Temos expectativa de que isso ocorra com as doses que estão sobrando nos EUA", completou.

EUA e cenário

O presidente do Banco Central avaliou que o pacote de US\$ 1,9 trilhão do governo americano faz com que o hiato do produto nos Estados Unidos fique "substancialmente" positivo. "Os EUA têm tido revisões contínuas de crescimento para cima. Os números têm saído fortes e há uma narrativa de que isso pode precificar o início de um processo inflacionário no mundo, ainda que embrionário", afirmou.

Segundo Campos Neto, o Brasil foi o país que teve recuperação de PMI mais rápida no segundo semestre de 2020, mas ponderou que já houve uma queda recente relacionada à segunda onda da pandemia de covid-19. "O que vemos na ponta é que a economia brasileira se mostra bastante resiliente", completou.

Mais uma vez, o presidente do BC afirmou que a inflação de alimentos no mundo tem rodado acima do padrão, com destaque pra Brasil e Turquia. "No mundo emergente, inflação de alimentos é mais

importante, tem um peso maior. Então os emergentes terão política de juros diferente do mundo desenvolvido”, acrescentou.

Campos Neto lembrou que o Brasil é um dos países mais endividados do mundo. “Os gastos durante a pandemia foram necessários, mas no fim do processo o País está em uma condição mais frágil e precisa mostrar uma dinâmica fiscal melhor”, concluiu.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 15/04/2021

TODAS AS 5 ATIVIDADES DE SERVIÇOS REGISTRARAM ALTA EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO

Todas as cinco atividades de serviços registraram crescimento na passagem de janeiro para fevereiro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média global, o volume de serviços prestados subiu 3,7% em fevereiro ante janeiro.

O destaque foi a alta de 4,4% na atividade de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, superando em 2,8% o nível de fevereiro de 2020.

Os serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram 3,3% em fevereiro ante janeiro, e os serviços prestados às famílias avançaram 8,8%.

O segmento de outros serviços subiu 4,7%, enquanto o de informação e comunicação teve ligeira alta de 0,1%.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 15/04/2021

GOVERNO QUALIFICA TRÊS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PPI

Por Luci Ribeiro

Brasília - O governo federal qualificou no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) três projetos do setor de mineração, “para fins de execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada”. Os três projetos pertencem à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e referem-se a pesquisas minerais conduzidas pela companhia ainda nas décadas de 1970 e 1980.

São eles: Gipsita do Rio Cupari, no Estado do Pará; Calcário de Aveiro, no Estado do Pará; e Diamante de Santo Inácio, no Estado da Bahia.

A decisão consta de decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 15.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 15/04/2021



PPI – PROGRAMA DE PARCERIA DE INVESTIMENTO - GOV

DECRETO QUALIFICA TRÊS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO PPI

Foi publicado, no Diário Oficial da União desta quinta-feira (15/4), o Decreto nº 10.675, que qualifica os projetos Gipsita do Rio Cupari/PA, Calcário de Aveiro/PA e Diamante de Santo Inácio/BA, de titularidade da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A qualificação ocorre para fins de execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada. Os projetos dão continuidade ao processo de negociação de aproximadamente 30 ativos minerários da CPRM, iniciado com a licitação do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis/TO, ocorrido em outubro de 2019. Uma vez identificados e quantificados depósitos com atratividade econômica, a CPRM está autorizada pela sua lei de criação a leiloar os direitos minerários correspondentes para terceiros interessados em obter a concessão de lavra.



https://www.ppi.gov.br/html/objects/viewblob.php?cod_blob=9070&width=0&height=0

No projeto Gipsita do Rio Cupari/Pará, a Companhia apurou depósitos expressivos, na ordem 534 milhões de toneladas de gipsita. Já no relatório final do projeto Calcário de Aveiro, no mesmo estado, aponta-se a presença de 590 milhões de toneladas de calcário com aplicabilidade para corretivo agrícola e para a produção de cimento. E, por fim, o projeto Diamante de Santo Inácio, na Bahia, identificou a ocorrência de recursos minerais correspondentes a 122 milhões de toneladas de cascalho mineralizado, contendo 1,8 milhão de quilates de diamante com teores (pontos/m³) variando de 0,83 a 3,67.

A expectativa é que os leilões sejam realizados ainda em 2021.

Fonte: PPI - Programa de Parcerias de Investimentos

Data: 15/04/2021

PUBLICADO DECRETO QUE INCLUI OS CORREIOS NO PND



https://www.ppi.gov.br/html/objects/viewblob.php?cod_blob=9060&width=0&height=0

Correios

Foi publicado, no Diário Oficial da União desta quarta-feira (14/4), o Decreto nº 10.674, que inclui a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão tem como objetivo dar continuidade aos estudos necessários à desestatização da ECT.

A 1ª etapa dos estudos foi aprovada durante a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos de 2021, realizada em março. Porém, ainda compõem o estudo a Fase 2, para a modelagem da alternativa escolhida, com previsão de conclusão em agosto de 2021, e a Fase 3, com foco na implementação do novo modelo, cujo cronograma dependerá da aprovação do Projeto de Lei 591/21 no Congresso Nacional.

O processo de desestatização inclui, ainda, a análise pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a participação da sociedade e do mercado por meio de audiências públicas. Por fim os estudos e edital serão remetidos para o TCU para avaliação, e, após aprovação do órgão de controle, poderá ser publicado o edital para a realização do certame.

“A desestatização dos Correios é necessária para que a empresa receba os investimentos que o setor demanda, alcance mais mercados, seja modernizada e contribua para a geração de mais empregos e renda para o país”, destaca a Secretária Especial do PPI, Martha Seillier.

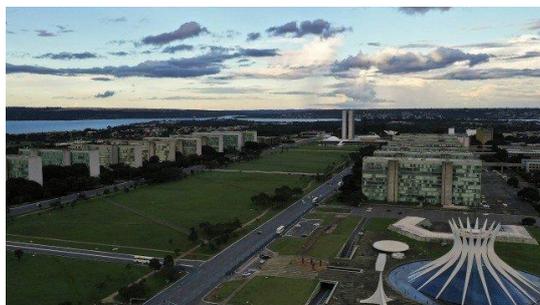
Fonte: PPI - Programa de Parcerias de Investimentos

Data: 15/04/2021



EXTRA ONLINE

GOVERNO PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA PARA ALTERAR GESTÃO DE CARGOS COMMISSIONADOS NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL; CONFIRA AS MUDANÇAS



https://extra.globo.com/incoming/24972202-b6e-a10/w640h360-PROP/x92244479_brasilia-60-anosesplanada-dos-ministerios.jpg.pagespeed.ic.OHNgg9H_0l.jpg

Esplanada dos Ministérios Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil / Agência O Globo

O Governo Federal publicou, nesta quinta-feira (dia 15), a Medida Provisória (MP) 1.042 que altera a gestão de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações do Poder Executivo federal. A expectativa é a de que as mudanças de cargos, funções e gratificações ocorram até março de 2023.

Atualmente há cerca de 115 mil cargos, funções e gratificações na administração pública federal direta, autarquias e fundações, sendo que, destas, em torno de 95 mil estão ocupadas. Elas estão distribuídas em 193 órgãos e entidades em todo o país, nos quais trabalham mais de 548 mil pessoas.

Existem hoje 34 tipos de cargos, funções e gratificações de livre provimento, com 111 níveis remuneratórios distintos. A medida deve enxugar os níveis de remuneração para 72, e pode ampliar a mobilidade dos servidores para ocupar cargos em comissão.

Segundo o secretário especial de Desburocratização e Governo Digital (SEDGG) do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade, o objetivo é resedentar a tabela de cargos e funções.

A medida permite a transformação de cargos, funções e gratificações, por meio de Decreto editado pelo presidente da República e pelos ministros, desde que não implique aumento de despesa. Devem ser criados os Cargos Commissionados Executivos (CCE) e as Funções Commissionadas Executivas (FCE) que, até 2023, devem substituir parte dos atuais cargos e funções.

Entenda: Sindicatos do Rio vão recorrer à Justiça contra aumento para 14% da alíquota previdenciária dos servidores municipais

Instituições federais de ensino, agências reguladoras e Banco Central, que possuem autonomia garantida pela Constituição e por leis específicas, ganharão flexibilidade para fazer gestão de seus cargos e funções, sem a possibilidade de perderem qualquer um deles para outros órgãos e entidades.

Em 2019, o governo já havia publicado o decreto 9.725/19 determinando a extinção de 21 mil cargos e funções na administração federal.

Fonte: Extra Online

Data: 15/04/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MESMO COM REAJUSTE, IMPORTADORES CALCULAM DEFASAGEM DE 7% NA GASOLINA

Por epbr - 15 de abril de 2021 - Em Combustíveis

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) calcula que após os aumentos da Petrobras nos preços do diesel e da gasolina, o mercado continuará registrando disparidades entre os valores domésticos e internacionais. Os novos preços entram em vigor amanhã (16).

A defasagem média na gasolina varia de 23 a 18 centavos, representando uma diferença média de 7%, ou 20 centavos. A Petrobras decidiu elevar o preço da gasolina, em 1,9%, com aumento de 5 centavos, na maioria das praças, para R\$ 2,64 por litro.

Segundo informações da Abicom, o preço da gasolina vai subir 9 centavos em São Luís, no Maranhão, e o reajuste de 5 centavos será aplicado nas demais localidades.

A consultoria de mercado financeiro Ativa Investimentos, por sua vez, calcula que há potencial para um aumento adicional de 10% na gasolina no curto prazo.

“Ao que tudo indica, tal potencial não deverá ser dado pela Petrobras tão em breve, uma vez que a atual gestão da companhia tem esperado intervalos maiores para reajustar os preços do que a anterior”, avalia Éttore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

No caso do óleo diesel, a Abicom informa que a defasagem média é de 9 centavos (-3%), em média, variando de 7 a 12 centavos nos portos brasileiros.

CASTELLO BRANCO “SEGUROU” PREÇOS, DISSE GUEDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou no início do mês, em entrevista ao UOL, que a Petrobras voltou a praticar preços alinhados com o mercado internacional quando Roberto Castello Branco soube que seria demitido por Bolsonaro.

Antes, o executivo segurava os aumentos.

“No caso do Castello, ele, na verdade, vinha segurando aumentos no preço dos combustíveis. É claro que, quando soube que ia sair, começou a realinhar os preços com o mercado internacional para ajustar suas obrigações diante dos acionistas”, disse.

Castello Branco sempre negou tal prática. Mesmo com as defasagens registradas entre os preços de importação e os preços praticados pela Petrobras, o executivo afirmava que a paridade vinha sendo atendida.

Em nota, a Petrobras justificou o realinhamento dos preços com o mercado citado por Guedes por uma convicção que os preços iriam de subir em fevereiro.

“[A Petrobras decidiu] adotar postura mais cautelosa em janeiro de 2021 e acelerou os reajustes de preços de combustível em fevereiro de 2021, quando a companhia ficou convicta de que os preços do petróleo e dos combustíveis se estabilizariam em patamar mais elevado do que de dezembro de 2020”, justificou a empresa.

Os importadores de combustíveis questionam a política de preços da atual gestão da Petrobras desde 2019. Chegaram a pedir uma ação do CADE – além de seus acionistas, a Petrobras assumiu o compromisso com a paridade de preços no acordo em que propôs a venda das refinarias.

Defasagem média [PPI - Preço Doméstico] - Atualização para 16/04: Reajuste Doméstico

| Dia: 16/4/2021 | | Itacoatiara | Itaqui | Suape | Aratu | Santos | Araucária |
|-------------------------|--------------------|-------------|--------|-------|-------|--------|-----------|
| Gasolina (golfo EUA) | R\$/m ³ | - 220 | - 217 | - 179 | - 180 | - 191 | - 230 |
| | % | -8% | -8% | -7% | -6% | -7% | -8% |
| Óleo Diesel (golfo EUA) | R\$/m ³ | - 67 | - 119 | - 112 | - 98 | - 66 | - 73 |
| | % | -2% | -4% | -4% | -4% | -2% | -3% |

| Defasagem média | Média (%) | Média (R\$/L) | Máxima (R\$/L) | Mínima (R\$/L) |
|-----------------|-----------|---------------|----------------|----------------|
| Gasolina | -7% | 0,20 | 0,23 | 0,18 |
| Óleo Diesel | -3% | 0,09 | 0,12 | 0,07 |



<https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2021/04/WhatsApp-Image-2021-04-15-at-15.19.11.jpeg?lossy=1&strip=1&webp=1>

Defasagem na paridade de combustíveis, após reajustes de 16 de abril de 2021 (Abicom)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 15/04/2021

RECUPERAÇÃO DA DEMANDA POR COMBUSTÍVEIS NA AMÉRICA LATINA SERÁ GRADUAL E LENTA, APONTA PLATTS

Por epbr - 15 de abril de 2021 - Em Combustíveis

A demanda por gasolina e diesel na América Latina está aumentando gradualmente, mas ainda é lenta, aponta relatório da S&P Global Platts.

México e Brasil, os principais mercados da região, continuam apresentando números abaixo do esperado e a previsão é de que a demanda latino-americana por gasolina e biocombustíveis atinja uma média de 2,42 milhões de barris por dia (bpd) no segundo trimestre de 2021 – 255 mil bpd a menos do que no mesmo período de 2019, pré-pandemia.

“A magnitude da recuperação da demanda para níveis pré-pandêmicos na região é bastante grande e provavelmente não alcançável em 2021, uma vez que a covid-19 continua a afetar a mobilidade em vários países, apesar dos esforços de vacinação em andamento”, indica o relatório.

No Brasil, a demanda por gasolina e etanol também é relativamente fraca.

O etanol hidratado ganhou impulso em fevereiro e atingiu a média de 385 mil bpd, um aumento de 25 mil bpd em relação a janeiro, mas queda de 15 mil bpd no ano.

“No entanto, o ganho veio às custas das vendas de gasolina C (gasolina com 27% de etanol), que atingiu a média de 620 mil bpd no mês”, explicam os analistas.

As perspectivas de recuperação mais ágil da demanda por gasolina e etanol no curto prazo foram abaladas pelas medidas adotadas pelo governo do estado de São Paulo para conter o avanço da contaminação por covid-19.

O estado é o maior mercado de combustíveis do país.

“Com uma taxa persistentemente alta de infecções por covid-19 no país, o risco para nossa perspectiva de demanda é fortemente inclinado para o lado negativo, no curto prazo”, continua o relatório.

A Platts projeta a demanda brasileira de gasolina e etanol no segundo trimestre em 885 mil barris por dia, um ganho de 165 mil bpd no ano, mas ainda com 35 mil barris a menos do que no período pré-pandemia.

Expansão econômica impulsiona diesel

No diesel, a consultoria espera um aumento gradual em toda a América Latina, chegando a cerca de 2,58 milhões bpd no segundo trimestre – aumento de 375 mil bpd em relação ao mesmo período do ano passado, e queda de 130 mil bpd em relação a 2019.

“Esperamos que a demanda continue em trajetória ascendente (embora não muito acentuada) no restante do ano, impulsionada por uma expansão econômica da ordem de 4,9%, após registrar contração de 7,35% no ano passado”.

Ainda assim, os analistas apontam uma série de riscos que podem impactar as perspectivas, como alta de preços do petróleo, falta de pacotes de estímulo econômico na região, altos níveis de desemprego e as crescentes taxas de infecção por covid-19.

A demanda deve encontrar apoio no mercado brasileiro, maior consumidor de diesel da AL.

“Sazonalmente, a demanda deve ter um suporte adicional nos próximos meses, com o aumento das atividades de colheita da cana-de-açúcar. No entanto, as pressões econômicas estão aumentando em meio à crise de saúde em curso da covid-19, preços relativamente altos na bomba, taxas de inflação aceleradas e altas taxas de desemprego (acima de 14%)”, conclui o relatório.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 15/04/2021

CESSÃO ONEROSA PODE SUBSIDIAR FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Por epbr - 15 de abril de 2021 - Em Combustíveis, Comece seu Dia

Quem faz*Editada por Gustavo Gaudarde*
gustavo.gaudarde@epbr.com.br

em jogo

A Petrobras está levantando alternativas para sugerir ao governo formas para viabilizar a criação do fundo para amortecer oscilações dos preços de combustíveis. Entre as possibilidades em estudo, está o uso de recursos do leilão de Sépia e Atapu, da cessão onerosa do pré-sal, previsto para ocorrer no fim deste ano, informa o Estadão.

— A criação do fundo é desenvolvida pelos ministérios de Minas e Energia e da Economia. Parte da arrecadação do leilão poderia ser destinada ao fundo, que, na prática, vai bancar um subsídio para proteger o consumidor final de valorizações bruscas nos preços no mercado internacional e da cotação do dólar frente ao real. Estadão/Broadcast

— O Ministério da Economia e o de Minas e Energia estão trabalhando em conjunto para atender a demanda do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que pediu uma solução para o problema dos preços dos combustíveis.

— A flutuação de preços de combustíveis tem sido uma preocupação de Bolsonaro desde o início de seu mandato e foi a principal razão da demissão de Roberto Castello Branco da Petrobras e de sua substituição pelo general Joaquim Silva e Luna.

— Desde a greve dos caminhoneiros de 2018, ainda no governo de Michel Temer, são estudadas alternativas para proteger o consumidor da inflação dos combustíveis. Em 2019, o Ministério de Minas e Energia (MME) chegou a apresentar, internamente, uma proposta de criação de um mecanismo tributário, usando a CIDE e reformas na tributação estadual, mas o tema não avançou.

— Em entrevista ao vivo à epbr, em março, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, José Mauro Coelho, explicou que uma das ideias é estabelecer preços de referência para os combustíveis, similar ao que foi feito para o diesel em 2018, mas sem aporte direto do Tesouro Nacional, que foi a solução na época.

— Outras iniciativas estão no Congresso Nacional: o deputado Christino Áureo pretende apresentar um PEC para criar o fundo de proteção das oscilações. E o governo federal enviou o projeto de lei complementar (PLP 16) para a Câmara com o intuito de reformar o ICMS. Diante da falta de apoio, o presidente admite a possibilidade de alterar o projeto.

Petróleo dispara. Os preços do petróleo saltaram quase 5% nessa quarta (14), depois do relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) e dados sobre os estoques dos EUA, que deram impulso ao otimismo com a retomada da demanda após as restrições para controle da pandemia de covid-19.

— Os futuros do Brent fecharam em alta de US\$ 2,91 (+4,6%), a US\$ 66,58 por barril, enquanto o WTI avançou US\$ 2,97 (+4,9%), para US\$ 63,15 o barril.

— Os estoques de petróleo dos EUA recuaram em 5,9 milhões de barris na semana passada, disse a Administração de Informação sobre Energia (AIE), superando as expectativas de analistas, que projetavam uma queda de 2,9 milhões de barris.

— Os preços já avançavam por causa de um relatório da IEA que projetou que oferta e demanda globais de petróleo devem retornar a um equilíbrio no segundo semestre de 2021.

— A agência acrescentou que os países produtores precisam bombear 2 milhões de barris por dia adicionais para atender à demanda esperada. Reuters

— S&P Global Platts aponta que a demanda por gasolina e diesel na América Latina está aumentando gradualmente, mas ainda é lenta.

— México e Brasil, os principais mercados da região, continuam apresentando números abaixo do esperado e a previsão é de que a demanda latino-americana por gasolina e biocombustíveis atinja uma média de 2,42 milhões de barris por dia no segundo trimestre de 2021, 255 mil barris por dia a menos do que no mesmo período de 2019, pré-pandemia.

— “A magnitude da recuperação da demanda para níveis pré-pandêmicos na região é bastante grande e provavelmente não alcançável em 2021, uma vez que a Covid-19 continua a afetar a mobilidade em vários países, apesar dos esforços de vacinação em andamento”, aponta o relatório.

A PetroRecôncavo definiu a faixa de preço na sua oferta inicial pública de ações (IPO) entre R\$ 15,50 a R\$ 19,50 por papel. Considerando a oferta base de 70 milhões de ações e o meio da faixa, de R\$ 17,50, a operação pode levantar R\$ 1,225 bilhão.

— A oferta é totalmente primária, ou seja, os recursos vão para o caixa da empresa. Há ainda a possibilidade de um lote adicional de 14 milhões de ações e suplementar de 10,5 milhões de ações.

— A precificação deve ocorrer no dia 3 de maio. As ações serão negociadas no Novo Mercado da B3 sob o ticker RECV3. Valor

Batalha judicial sobre dividendos. A Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) travaram nessa quarta (14) um embate judicial sobre o pagamento de dividendos pelo lucro de 2020. O ponto de partida são divergências sobre gastos com a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), o plano de saúde dos trabalhadores.

— A Justiça Federal chegou a conceder liminar em favor da FUP, impedindo a Petrobras de adotar “qualquer deliberação em torno da distribuição de dividendos relacionados à reversão de provisões atuariais pertinentes ao plano de saúde AMS”.

— Petrobras conseguiu derrubar a liminar e o conselho aprovou a distribuição de R\$ 10,3 bilhões a seus acionistas como resultado do lucro de R\$ 7,1 bilhões em 2020. A FUP vai recorrer.

— Parte do lucro da Petrobras em 2020 foi provocado pela reversão de R\$ 13,1 bilhões em provisões para gastos futuros com o plano de saúde, resultado de mudança no modelo de assistência. Os sindicatos entraram também com representação no Tribunal de Contas da União (TCU). Folha de S. Paulo

— Além disso, apesar das críticas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao salário do presidente da Petrobras, a União autorizou na assembleia o reajuste de 8,5% do valor reservado pela companhia para remunerar seus executivos. Folha de S. Paulo

Silva e Luna na Petrobras. Indicado pelo presidente Bolsonaro para assumir a presidência da Petrobras, o general da reserva Joaquim Silva e Luna já trabalha presencialmente em um dos principais edifícios da empresa no centro do Rio, ao lado de uma equipe de transição.

— Os encontros com diretores e gerentes ocorrem quando ainda grande parte do contingente da área administrativa da Petrobras trabalha remotamente, o que tem gerado situações de desconforto entre alguns profissionais, segundo fontes ouvidas pelo Valor.

— Segundo o jornal, não há imposição, mas a postura contrasta com os protocolos de segurança internos da Petrobras e marca uma mudança no dia a dia do alto escalão da petroleira – desde a eclosão da pandemia no país, em março de 2020, vinha trabalhando essencialmente a distância. Valor

— O plano de Silva e Luna é adotar modelo semelhante ao que desenvolveu em Itaipu, onde ocupou o cargo de diretor-geral nos últimos dois anos. Lá, a diretoria da empresa continuou trabalhando presencialmente desde o início da pandemia. O Globo

— Entre os ataques à Castello Branco, para justificar sua demissão, Bolsonaro chegou a afirmar que o executivo não trabalhava, por estar trabalhando de casa.

Dilma e Palocci absolvidos por Pasadena. O Tribunal de Contas da União (TCU) absolveu a ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci do rol de condenados pelas irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, no Texas, pela Petrobras.

— Ambos eram membros do Conselho de Administração da companhia na época em que a aquisição foi realizada, em 2006. A decisão foi aprovada por unanimidade.

— O TCU decidiu condenar os gestores, entre eles Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, além do ex-presidente da companhia José Sérgio Gabrielli e ex-membros da diretoria Almir Guilherme Barbassa, Guilherme Estrella, Ildo Sauer e Renato Duque. A condenação prevê o pagamento de multas. Broadcast

Eletrobras aprova debêntures para Angra 3. A captação no valor de R\$ 2,7 bilhões, em duas séries, será destinada para reforço de caixa e pagamentos futuros como reembolso de gastos e despesas relacionados à implementação da usina termonuclear Angra 3.

Corrida para renováveis. O fim dos incentivos a fontes renováveis provocou uma corrida para conseguir outorgas de novas usinas junto à Aneel. A maioria está relacionada à geração fotovoltaica solar e eólica.

— O diretor da Aneel Sandoval Feitosa Neto, que levantou a discussão, verificou que há cerca de 1.000 novas outorgas no sistema de acompanhamento. Porém, só 260 estão em fase de execução. O restante ou está paralisado (53 usinas) ou (675) sequer teve início.

— A pressa é explicada pela janela de 12 meses que garante o acesso ao desconto de 50% pelo uso das redes de transmissão e distribuição.

— O prazo de 12 meses começou a ser contado na publicação da Medida Provisória 998/20, já aprovada pelo Congresso e convertida na Lei 14.120/21. O fim do subsídio para novos projetos veio para frear o crescimento da despesa repassada para a conta de luz dos consumidores.

— A movimentação chamou a atenção da diretoria da agência, que decidiu avaliar os riscos de saturação na oferta. Um dos aspectos é a restrição de acesso à rede usada para escoar a produção.

— Outro efeito indesejado é o aumento de requisição por empresas oportunistas. A Aneel quer avaliar se tem alguém visando obter vantagem apenas com a transferência da titularidade da outorga para quem realmente tem capital e interesse de construir a usina. Valor

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 15/04/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS: SILVA E LUNA DEVE SER CONFIRMADO PRESIDENTE NA SEXTA. VEJA QUAIS SERÃO AS PRIMEIRAS MEDIDAS

General optou por funcionários de carreira da estatal para ocupar o cargo de diretores em quatro áreas

Por Bruno Rosa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24900993-9dc-2d0/FT1086A/xJoaquim-Silva-e-LunaMarcelo-CamargoAgencia-Brasil.jpg.pagespeed.ic.C9GyP0X6oO.jpg>

Ex-diretor-geral de Itaipu Binacional, o general Joaquim Silva e Luna foi indicado por Bolsonaro para a presidência da Petrobras Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

RIO - O general Joaquim Silva e Luna, que será eleito nesta sexta-feira presidente da Petrobras em reunião do Conselho de Administração, vai nomear quatro funcionários de carreira da estatal para

compor a nova diretoria da companhia.

Segundo duas fontes, o general optou por "preservar" nomes internos como forma de fazer uma transição suave na empresa, sem trazer pessoas de fora para os cargos de diretores das áreas de "Exploração e Produção", "Desenvolvimento da Produção", "Comercialização e Logística" e "Finanças e Relacionamento com Investidores.

Os diretores dessas áreas colocaram o cargo à disposição em meio ao processo de demissão de Roberto Castello Branco, que foi destituído do cargo de presidente da estatal na última segunda-feira em assembleia de acionistas.

Plano de sucessão do RH

O Comitê de Pessoas já examinou os nomes e já deu recomendação positiva. Os quatro novos diretores "vieram de dentro da empresa segundo programas internos do plano de sucessão do RH".

Os outros diretores atuais continuam nos cargos: Nicolás Simone (Transformação Digital e Inovação), Rodrigo Costa Lima e Silva (Refino e gás natural); e Roberto Ardenghy (Relacionamento Institucional e Sustentabilidade). Em março, o Conselho aprovou ainda Salvador Dahan para o cargo de diretor de Governança e Conformidade.

Com a nomeação aos cargos aprovadas pelo Conselho, Silva e Luna deve tomar posse já na sexta-feira em cerimônia interna na sede da empresa, no Centro do Rio de Janeiro, de onde já vem trabalhado presencialmente. Segundo fontes, Silva e Luna vai encerrar o regime de home office para a diretoria em maio.

A diretoria vai reavaliar o futuro do home office em maio para os cerca de 20 mil funcionários. A estratégia é dividir todos os funcionários da estatal em diferentes grupos, como foi feito em Itaipu. Assim, os colaboradores passariam a ser divididos, por exemplo, por faixa etária, com e sem comorbidades, com filhos em escola, entre outros critérios.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/04/2021

EX-PRESIDENTE DA BRASKEM SE DECLARA CULPADO EM ESQUEMA DE SUBORNO DE US\$ 250 MILHÕES

Jose Carlos Grubisich admitiu ter conspirado para violar as disposições antissuborno da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior
Por O Globo com agências



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24972646-405-c55/FT1086A/xjose-carlos.jfif.jpg.pagespeed.ic.4qQWtO72Ez.jpg>
José Carlos Grubisich, ex-presidente da Braskem SA, se confessou culpado em um esquema de suborno de US\$ 250 milhões Foto: Reprodução

companhia, a Odebrecht SA.

NEW YORK — O ex-presidente da Braskem SA, maior empresa petroquímica do Brasil, confessou ter participado de fraudes em balanços e de ter permitido um esquema de suborno estimado em US\$ 250 milhões. O caso envolveria também a controladora da

Jose Carlos Grubisich fez a declaração de culpa nesta quinta-feira no tribunal federal do Brooklyn, Nova York. O executivo está em prisão domiciliar nos Estados Unidos.

O advogado Fernando Cunha, que representa o executivo no Brasil afirma, porém, que Grubisich não foi formalmente acusado nem admitiu ter obtido benefícios financeiros a partir das práticas de suborno na Braskem.

Grubisich admitiu ter conspirado para violar as disposições antissuborno da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior, além de ter falsificado os registros e relatórios financeiros da Braskem para ocultar subornos. Ele foi acusado de suborno de autoridades em um processo de 2019.

Procurada, a defesa do empresário confirma que Grubisich de fato buscou um acordo com a Justiça americana por estar "em condições muito duras" desde quando foi preso no aeroporto John F. Kennedy, em Nova York, em novembro de 2020, e que o acordo prevê a transferência do executivo para o Brasil.

Fernando Cunha diz, no entanto, que o executivo não obteve vantagens financeiras pessoais com o esquema.

Grubisich, segundo o advogado, afirmou ter participado de uma fraude contábil que maquiava a existência de um caixa 2 nos balanços da Braskem.

— Ele é acusado em fraudes nos balanços e assumiu a responsabilidade por isso. No arquivamento das informações, havia imprecisões porque há a acusação da presença de um caixa 2 — afirmou Cunha.

O empresário também admitiu ter facilitado o pagamento de subornos a agentes públicos para a obtenção de um contrato em que a Braskem foi escolhida como sócia da Petrobras de uma planta de polipropileno em Paulínia, no interior de São Paulo.

— Ele é acusado de ter facilitado, por meio desse caixa 2 na Braskem, que outras pessoas da empresa pagassem subornos para a obtenção de um contrato de uma unidade de polipropileno, o que também consta no acordo. Mas (o executivo) não é acusado nem admitiu ter tido qualquer proveito financeiro nessas operações — afirmou o advogado.

O ex-presidente da Braskem chefiou a empresa entre 2002 e 2008 e comandou também as operações da produtora de etanol Atvos, ambos os negócios controlados pela Odebrecht, onde o executivo trabalhou de 2001 a 2012.

Hoje, o ex-executivo da Braskem é credor com títulos de cerca de R\$ 120 milhões a receber da Odebrecht, e trava litígios judiciais com a companhia.

Os promotores americanos disseram que, entre 2002 e 2014, um esquema do qual Grubisich fez parte desviou US\$ 250 milhões da Braskem para um fundo secreto, mantido na unidade de Operações Estruturadas da Odebrecht, que "funcionava efetivamente como um departamento autônomo de suborno".

Os fundos foram então supostamente usados para pagar subornos a funcionários do governo brasileiro para conquistar e reter negócios para a Braskem, incluindo um grande projeto da estatal brasileira de petróleo, a Petrobras.

Ainda segundo os promotores, alguns subornos autorizados por Grubisich foram pagos depois que ele deixou seu cargo, em 2008.

Grubisich, de 64 anos, pode pegar até 10 anos de prisão nas duas acusações de conspiração em sua sentença marcada para 5 de agosto e concordou em pagar US\$ 2,2 milhões. Ele apresentou sua petição perante o juiz distrital dos EUA, Raymond Dearie.

Em dezembro de 2016, a Braskem e a Odebrecht se declararam culpadas e concordaram em pagar US\$ 3,5 bilhões ao Departamento de Justiça para liquidar as acusações de suborno apresentadas por reguladores dos EUA, Brasil e Suíça.

Em dezembro, a Odebrecht mudou seu nome para Novonor SA para superar sua história carregada de escândalos, dizendo que seria "estritamente pautada pela ética, integridade e transparência".

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/04/2021

BC APOSTA EM PROTEÇÃO DE 90% APÓS SEGUNDA DOSE DA VACINA E REABERTURA DA ECONOMIA NO SEGUNDO SEMESTRE

Roberto Campos Neto avalia que distribuição da sobra das doses contratadas por alguns países, como os Estados Unidos, vai agilizar processo de vacinação no mundo

Por Fernanda Trisotto



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24963424-a68-bc2/FT1086A/x92349707_FILE-PHOTO-Brazils-central-bank-president-Roberto-Campos-Neto-attends-a-news-conferenc.jpg.pagespeed.ic.lotzHCw_Ku.jpg

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central (BC), participa de entrevista em Brasília. Foto: ADRIANO MACHADO/ 07/04/2020 / REUTERS

BRASÍLIA – O Banco Central (BC) projeta que o nível de proteção em relação a óbitos após a segunda dose da vacina contra a Covid-19 chega a 90%. O presidente da autoridade monetária, Roberto Campos

Neto, defendeu que avançar na vacinação é a variável mais importante para determinar a reabertura da economia, que pode ocorrer no segundo semestre se o Brasil manter o ritmo atual.

Campos Neto apresentou a projeção feita pelo BC durante um evento da Abfintechs, nesta quinta-feira. O BC considerou as doses de vacina contratadas e garantidas pelo Ministério da Saúde e levou em conta o cronograma de vacinação, em termos de grupos vulneráveis e faixa etária.

Com isso, estabeleceu duas curvas de proteção contra mortes causadas pela doença, considerando o número de doses aplicadas e comparando com um cenário sem vacinação.

— A primeira dose você tem uma curva que chega a 80%, dependendo do tempo, e a segunda chega perto de 90% – declarou Campos Neto, embora o gráfico que ele mostrava na apresentação não alcançasse tais marcas.

Esse exercício permitiu que o BC estimasse uma data de reabertura da economia, considerando que a vacinação no Brasil começou a ganhar uma velocidade maior.

— O que esse gráfico nos permite dizer, obviamente ainda com um grau de incerteza, é que no segundo semestre a gente vai estar em uma situação de reabertura da economia – disse, ressaltando que o gráfico trabalhou com projeções até 1.º de julho.

Campos Neto reconheceu que a segunda onda da Covid-19 no Brasil, com novas variantes do vírus, provocou um aumento no número de mortes, que exige aceleração da vacinação para conter os danos à economia.

— A gente consegue ver alguns países mais avançados em vacinação, principalmente os menores e os Estados Unidos, que você já tem uma queda grande principalmente no número de casos. O Brasil tem avançado bastante (na vacinação) e a gente entende que essa é a variável mais importante no curto prazo para determinar a reabertura da economia – declarou.

Uma perspectiva aventada pelo presidente do BC para acelerar a vacinação é a redistribuição das sobras de doses de outros países, que contrataram um número superior ao da própria população.

— Alguns países têm muito mais doses contratadas do que é necessário. Então, em algum momento nesse processo de vacinação, a gente vai ver uma sobra grande, que vai acabar sendo redistribuída. A gente já está vendo isso com a expectativa de que isso aconteça com as doses que estão sobrando nos Estados Unidos – afirmou.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/04/2021*

PARA DESTRAVAR ORÇAMENTO, GOVERNO NEGOCIA ACORDO PARA BLOQUEAR ATÉ R\$ 30 BI EM DESPESAS

Solução vem sendo defendida pelo Congresso, que afirma que corte não paralisaria máquina pública, como alerta equipe econômica

Por Geralda Doça



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24940356-0cb-c8d/FT1086A/x89145138_Brazils-Economy-Minister-Paulo-Guedes-gestures-next-to-Brazilian-Federal-Deputy-Arthur-Lir.jpg.pagespeed.ic.Lkq4h3i1rt.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes e o presidente da Câmara, Arthur Lira Foto: Adriano Machado/Reuters

BRASÍLIA - Um acordo em negociação entre governo e Congresso deve prever um corte de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões no Orçamento de 2021. O contingenciamento seria parte de um arranjo de medidas para fazer com que a

proposta seja sancionada integralmente, em um aceno ao Legislativo, segundo fontes que participam das negociações.

Um bloqueio em volume tão alto vinha sendo criticado pela equipe econômica por causa do risco de paralisação da máquina pública. Fontes que pressionam pelo acordo argumentam, no entanto, que a liberação de recursos do Orçamento ocorre, tradicionalmente, em ritmo lento até junho, o que permitiria um ajuste gradativo das despesas.

Com a medida, o presidente Jair Bolsonaro manteria parte das emendas de relator, assegurando aos parlamentares algo em torno de R\$ 16,5 bilhões, para cima ou para baixo. A cifra exata vai depender do remanejamento de algumas rubricas, explicou uma fonte.

A solução vem sendo negociada e é defendida principalmente por parlamentares. A avaliação de interlocutores do governo é que as conversas avançaram nas últimas horas, depois de reuniões entre os ministros Paulo Guedes (Economia), Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), além de lideranças da base de apoio.

Mesmo que o acordo seja fechado nesta semana, Bolsonaro somente deverá sancionar o Orçamento na próxima quinta-feira, data limite. Até lá serão preparados atos burocráticos necessários ao encaminhamento da questão. A expectativa é que o presidente tome uma decisão até o fim de semana.

Apesar do alerta de técnicos da área econômica, a ala política trabalha para convencer o presidente a sancionar o Orçamento sem incorrer em crime de responsabilidade fiscal. A expectativa é que o ministro da Economia, Paulo Guedes, continue pressionando pelo veto de todas as chamadas emendas de relator, que inflaram a proposta.

Um parecer da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência da República deverá apontar nessa direção, sob o argumento de que a execução do Orçamento depende da disponibilidade financeira, ao longo do ano. Também estão sendo utilizados nas conversas pareceres da Consultoria de Orçamento da Câmara, com conclusões semelhantes.

Diante da possibilidade de acordo, o Congresso deverá votar até terça-feira o projeto de lei que abre caminho para a reedição da medida provisória (MP) 936 que prevê redução de salário e suspensão do contrato de trabalho, além da renovação do programa de crédito em condições facilitadas para micro e pequenas empresas (Pronampe).

O projeto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que desobriga o Executivo de apontar fonte de custeio para gastos extras no combate à Covid, de caráter não continuado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/04/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EM ANO DE ELEIÇÕES, BOLSONARO TERÁ R\$ 106 BILHÕES DE ESPAÇO NO TETO PARA AMPLIAR GASTOS

Esse 'fôlego' é o maior desde que a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação foi criada, em 2016, com vigência a partir do ano seguinte.

Por Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes, Eduardo Rodrigues e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Após um ano de impasse político diante das fortes restrições fiscais, o governo terá um espaço extra de R\$ 106 bilhões dentro do teto de gastos em 2022 – um crescimento de 7,14% em relação a este ano. A folga precisa absorver aumentos de despesas obrigatórias, como na Previdência, mas também pode ser usada para contemplar gastos com custeio e investimentos, inclusive patrocinados por parlamentares.

Esse "fôlego" é o maior desde que a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação foi criada, em 2016, com vigência a partir do ano seguinte.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/3/1614707426038.jpg>

Jair Bolsonaro, presidente da República Foto: Dida Sampaio/Estadão - 24/2/2021

O espaço adicional no teto em 2022 está sendo visto como uma possível solução para o impasse no Orçamento deste ano. Em entrevista ao Estadão, o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), defendeu dar R\$ 10 bilhões a mais em emendas parlamentares em 2022 para compensar o corte que precisa ser feito neste ano para equilibrar o Orçamento. O Ministério da Economia foi questionado se essa é uma das alternativas para resolver o impasse da sanção do Orçamento deste ano, mas não respondeu à pergunta na coletiva de imprensa virtual.

Durante a tramitação do Orçamento de 2021, o Congresso cortou R\$ 29 bilhões em despesas obrigatórias, incluindo benefícios previdenciários, para turbinar ações patrocinadas pelos congressistas em seus redutos eleitorais. O problema é que, com os gastos subestimados, a equipe econômica vê risco de faltar recursos para honrar despesas que não são opcionais.

O presidente Jair Bolsonaro tem sido aconselhado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a vetar a parte do Orçamento que contém essas emendas para afastar o risco de crime de responsabilidade, passível de impeachment. Essa saída, porém, desagradou aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Como mostrou o Estadão, Lira chegou a alertar Bolsonaro em reunião esta semana que, com o veto, o presidente passaria a ter "um problema que hoje não tem" junto à sua base no Congresso.

O cenário mais benigno do teto de gastos para 2022 já era previsto pela equipe econômica, após o descasamento de índices de inflação entre 2020 e 2021 ter pressionado o teto este ano.

O limite de despesas foi corrigido pela inflação acumulada até junho de 2020, de 2,13%, mas os benefícios sociais que consomem boa parte das despesas do governo cresceram mais que o dobro porque o INPC, índice que corrige esses gastos, subiu 5,45%.

Agora, a dinâmica deve se inverter: o teto será corrigido por uma inflação mais elevada (7,14%), para R\$ 1,592 trilhão, enquanto os benefícios sociais devem ser corrigidos por um percentual mais brando, pois a expectativa é que a inflação desacelere até o fim de 2021. Essa combinação abre espaço para despesas dentro do teto.

Neste ano, a correção do teto de gastos foi bem mais apertada: a diferença em relação a 2020 foi de apenas R\$ 31 bilhões, valor que mal foi suficiente para acomodar o crescimento das despesas obrigatórias.

O valor do teto para 2022, divulgado hoje, considera o limite agregado para todos os poderes. O Ministério da Economia ainda não divulgou o limite individual do Executivo, embora esse valor seja o mais significativo.

Para 2023, o teto de gastos deve ser corrigido em 3,69%, para R\$ 1,650 trilhão. Em 2024, a alta será de 3,37%, para R\$ 1,706 trilhão.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/04/2021

FATURAMENTO DA VIAPOL DISPARA COM OBRAS EM PORTOS DE URUGUAI E PARAGUAI

Por Circe Bonatelli



<https://economia.estadao.com.br/blogs/columna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2018/05/A1A50F9B-DE91-4067-83BF-30A13038B28C.jpeg>

Foto: José Patrício/Estadão

A fabricante de materiais de construção Viapol estima fechar o ano fiscal com alta de 85% no faturamento em comparação ao ano anterior, impulsionada pelo crescimento das exportações para os vizinhos na América Latina.

Um dos pontos fortes da operação nos últimos meses tem sido o fornecimento de

materiais para a expansão do Porto de Montevideú, no Uruguai, e a restauração do Palácio do Governo do Paraguai, em Assunção.

A Viapol tem sede e fábrica em Caçapava (SP) e uma outra unidade em Candeias (BA). Os principais produtos exportados vão de tradicionais impermeabilizantes até aditivos e fibras para concreto e mantas asfálticas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/04/2021

NO MERCADO SECUNDÁRIO, DEBÊNTURE DA VALE TEM PREÇO 8% ACIMA DE LOTE DO BNDES

Por Cynthia Declodt

Sem prazo de vencimento e com retorno ao investidor ligado ao preço do minério de ferro, as debêntures participativas da Vale estão sendo negociadas no mercado secundário a R\$ 58,00, com um ágio de mais de 8% em relação ao preço pelo qual foram vendidos, na segunda-feira (12), os papéis dessa mesma emissão que estavam com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a União.

Na oferta, mais de 200 milhões dessas debêntures trocaram de mãos ao preço de R\$ 53,50 cada, e com a venda, o BNDES arrecadou R\$ 11,5 bilhões. O lote correspondia a 55% dos papéis dessa classe emitidos pela Vale em 1997, em um dos trâmites da privatização da mineradora. Pela atratividade da remuneração e pelo fato de os papéis serem perpétuos – sem vencimento –, poucos desejam se desfazer deles.

Poucos investidores levaram a maior parte da oferta

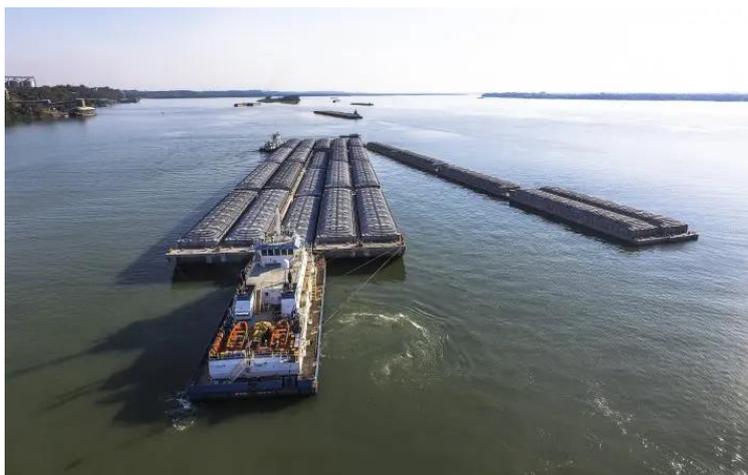
Como a liquidação da venda do BNDES acontece nesta quinta, os compradores podem começar a vender os papéis na segunda-feira (19). Apesar do apetite já demonstrado no mercado secundário, resta saber se os compradores do lote do BNDES vão querer vender suas posições. Embora o banco tenha oferecido os papéis a 75 investidores qualificados, já que a estrutura da oferta era restrita, apenas 10 casas levaram 75% do montante.

Eventualmente, quem comprou os papéis do BNDES pode buscar uma oferta de preço melhor por parte da própria Vale, que mudou recentemente as cláusulas das debêntures para que possa recomprar parte delas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/04/2021*

HIDROVIAS DO BRASIL INICIA PROJETO COM A WEG PARA ELETRIFICAR EMBARCAÇÕES

Por Juliana Estigarríbia



https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2021/04/drone01-dji-0025_140420211829.jpg

Embarcações da Hidrovias do Brasil. Foto: João Ramid/Hidrovias do Brasil

A Hidrovias do Brasil, que atua no transporte de cargas em rios, acaba de assinar contrato com o estaleiro Belov, da Bahia, para a construção de duas embarcações elétricas. O projeto tem parceria com a Weg, que está desenvolvendo de maneira conjunta motores e integração elétrica.

As barcas para transporte hidroviário são impulsionadas pelos chamados empurradores, hoje movidos a diesel. A Hidrovias será a primeira empresa do mundo a eletrificar os empurradores de manobra, usados para atracagem no porto. Em um segundo momento, toda a frota desses equipamentos será convertida para elétricos.

Empresa tem forte presença na Amazônia

Para Fabio Schettino, CEO da Hidrovias do Brasil, as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) são um caminho sem volta, especialmente em águas amazônicas, nas quais a empresa tem forte atuação. Um comboio de barcas transporta o equivalente a 1.500 caminhões. Hoje, a Hidrovias tem 14 empurradores principais e 6 auxiliares (de manobra), que vão compor a frota de 340 barcas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/04/2021*

VALOR ECONÔMICO (SP)

VLI ANALISA PROJETO DA FERROGRÃO E DEFINE ARCO NORTE COMO PRIORIDADE

Mesmo com leilão da ferrovia em xeque, companhia faz estudos e avalia possíveis parceiros para disputar projeto

Por Taís Hirata — De São Paulo



[https://s2.glbimg.com/khHsXI7QXZXLG4Ax5LwmMDeRG1A=/984x0/smart/filter:s:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/R/u/ZmSclRw2oMnrNiJBMg/foto15emp-201-vli-b3.jpg](https://s2.glbimg.com/khHsXI7QXZXLG4Ax5LwmMDeRG1A=/984x0/smart/filter:s:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/R/u/ZmSclRw2oMnrNiJBMg/foto15emp-201-vli-b3.jpg)

Grupo também deverá analisar Fico e Fiol 2 e 3 quando projetos forem lançados, diz o presidente, Ernesto Pousada — Foto: Divulgação

A operadora de ferrovias VLI se prepara para participar do leilão da Ferrogrão, projeto bilionário do governo federal, para conectar o Centro-Oeste até o

Pará. O objetivo da companhia é consolidar sua presença no corredor de escoamento agrícola pelo Norte do país, segundo o presidente da empresa, Ernesto Pousada.

“A Ferrogrão será um projeto muito competitivo, estamos estudando em profundidade. Por ora, a avaliação está sendo feita internamente, em paralelo ao levantamento de possíveis parceiros, para formarmos um consórcio, conforme a necessidade. É um empreendimento grande, que vai demandar diferentes expertises”, afirma o executivo do grupo, que tem como acionistas a Vale, a Mitsui, o FI-GTS, o BNDES Participações e a Brookfield.

Não há data definida para o leilão da Ferrogrão, que ainda terá que superar uma série de resistências para sair do papel. Hoje, o projeto está travado por uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, há o risco de sofrer questionamentos no Tribunal de Contas da União (TCU), que precisará dar aval ao edital. Apesar das críticas, o projeto tem sido tratado como prioridade para o governo federal.

Com ou sem Ferrogrão, a VLI definiu o Arco Norte como prioridade em seu planejamento estratégico – mais até do que a renovação antecipada da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que está em discussão e deverá sair em 2022. “Estamos focados na prorrogação da FCA, mas a principal pauta é o crescimento ao Norte. É nosso foco, é para onde queremos ir”, afirma Pousada.

Hoje, a companhia opera duas concessões: a FCA e o tramo norte da Ferrovia Norte-Sul (entre Tocantins e Maranhão) por onde a empresa já atua no escoamento do agronegócio – nessa rota, a carga sobe pela Norte-Sul, passa pela Estrada de Ferro Carajás, da Vale (maior acionista da VLI), e chega ao porto de Itaqui (MA).

Nos últimos cinco anos, a VLI investiu R\$ 997,6 milhões na Norte-Sul. Para os próximos três anos, o plano é aplicar R\$ 700 milhões na via, principalmente na aquisição de material rodante e na ampliação de terminais. Os investimentos são previstos em contrato, mas parte deles será antecipada para garantir a capacidade do corredor, diz o executivo.

Outros projetos na região que serão estudados são a Ferrovia de Integração Centro Oeste (Fico), entre Mato Grosso e Goiás, e os trechos 2 e 3 da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), da Bahia ao Tocantins – ambas ferrovias irão se interligar à Ferrovia Norte-Sul. O governo federal estuda licitar os trechos em bloco, para formar mais um corredor de escoamento agrícola, do Centro-Oeste até a costa baiana. Porém, ainda não há uma definição sobre a modelagem nem prazo para o edital.

“Em relação a esses projetos, estamos em uma fase mais preliminar de análise. A Fico é uma ferrovia que nos interessa bastante. Caso haja o corredor Fico-Fiol, vamos analisar as potencialidades e, a seu tempo, tomar a decisão. A princípio, nos interessa porque são vias que levam ao Norte. O Norte é o futuro, é o Norte que vai mudar a logística do Brasil. E, além do Mato Grosso, a região do Matopiba [Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia] terá destaque na expansão”, diz.

Em relação à renovação antecipada da FCA, Pousada afirma que as negociações estão sendo conduzidas pelo governo federal. O objetivo da empresa é renovar o contrato por mais 30 anos, em troca de R\$ 13,8 bilhões de investimentos, além de uma outorga de R\$ 3,3 bilhões – os valores ainda são preliminares.

As discussões, porém, deverão ser duras. A dificuldade é que se trata de uma malha extensa, de 7.220 km, que atravessa sete Estados: Bahia, Sergipe, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No início deste ano, foram feitas audiências públicas, nas quais vieram à tona questionamentos e uma clara disputa entre os Estados pelos recursos gerados a partir da renovação. O Ministério de Infraestrutura projeta encerrar o processo no próximo ano.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/04/2021

USINAS FECHAM PREÇOS DO AÇÚCAR COM ANTECIPAÇÃO INÉDITA

Fixação para 2022/23 chega a 12% de embarques previstos; negociação 12 meses antes da safra ocorre pela primeira vez, diz Archer Consulting

Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo

Doze meses antes de sequer começar a safra 2022/23, as usinas brasileiras já asseguraram os preços pelos quais venderão pouco mais de 3 milhões de toneladas de açúcar durante o período. O volume corresponde a 12% do que se estima que será exportado na temporada, de acordo com levantamento da Archer Consulting.

O preço médio fixado para a próxima safra é de 13,34 centavos de dólar por libra-peso, sem considerar o prêmio de polarização. Hoje, os contratos futuros de açúcar demerara negociados na bolsa de Nova York para entrega em maio de 2022, por exemplo, fecharam em 15,56 centavos de dólar a libra-peso, e os para março de 2023, a 14,66 centavos de dólar a librapeso.

Em reais, o valor médio de fixação para a próxima safra está em R\$ 1.696 por tonelada (FOB posto no porto de Santos), equivalentes a R\$ 0,7383 por libra-peso. Ambos os valores já incluem o prêmio de polarização.

Em relatório, o sócio diretor da Archer, Arnaldo Corrêa, ressalta que essa é a primeira vez em que as usinas começam a fechar os preços de uma safra com ao menos 12 meses de antecedência. Assim, não há comparação histórica com a situação de fixações antecipadas para esta época do ano.

Desde 2011, quando a consultoria começou a fazer essa apuração, as operações de hedge da safra seguinte começavam em agosto do ano que antecedia a temporada. Em nota, Corrêa avalia que “as usinas nunca aproveitaram tão bem as oportunidades do mercado futuro, o que denota grande maturidade na gestão de risco”.

Ele observa, porém, que a antecipação das operações não é homogênea para todo o setor, e é uma prática concentrada entre o quartil de empresas que se encontra no perfil de melhor há uma hora

situação financeira e, assim, com mais acesso a crédito. “O percentual de usinas que possui crédito, linhas de financiamento e conta de futuros aberta nas corretoras ainda é pequeno”, diz.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 15/04/2021

POR ACORDO MERCOSUL-UE, GOVERNO BRASILEIRO ACENA COM DOCUMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE

O governo Bolsonaro tem sido cobrado internacionalmente por questões relativas à política ambiental e a alta do desmatamento ilegal no país tem sido um entrave para ratificação do acordo, fechado em 2019

Por *Mariana Ribeiro, Valor — Brasília*

Em debate sobre os obstáculos para a implementação do acordo Mercosul-União Europeia, representantes do governo brasileiro reforçaram a visão de que a negociação já incluiu instrumentos de preservação ambiental, mas que o país está disposto a discutir um documento adicional sobre meio ambiente.

Não seria, no entanto, uma reabertura das negociações, destacou o secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva.

“Não se trata de negociação do acordo. Já está fechado, pacote equilibrado. E não é um acordo que tenha problemas”, disse em evento online da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB). O governo Bolsonaro tem sido cobrado internacionalmente por questões relativas à política ambiental e a alta do desmatamento ilegal no país tem sido um entrave para ratificação do acordo, fechado em 2019.

De acordo com ele, a iniciativa para discussão de uma declaração anexa com compromissos ambientais tem que vir do lado europeu. “Mas estamos totalmente abertos e disponíveis”, afirmou. Ele acrescentou que o documento não pode criar “obrigações adicionais” e tem que ser redigido com base na reciprocidade. “O Brasil tem um dever de casa a fazer no caso da Amazônia, da proteção da floresta etc. Mas os países europeus também têm dever de casa a fazer em termos de mudança do clima”, pontuou.

Presente no evento, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), presidente da comissão de Relações Exteriores do Senado, afirmou que é preciso “resgatar a credibilidade brasileira” na questão ambiental para que o acordo possa andar. Disse também que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, se tornou um “símbolo do contraditório” ao que o mundo pensa.

A senadora demonstrou ainda preocupação com possíveis sanções ao país por questões relacionadas ao meio ambiente. O secretário de Negociações Bilaterais afirmou que está fora de

cogitação a inclusão do tema no acordo, mas admitiu que o risco de sanções unilaterais é “enorme”. “O Itamaraty está muito preocupado com isso.”



[https://s2.glbimg.com/FWy-LRdRB2g-hUP9esgm68xh24A=/0x0:2000x1333/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/c/7/4bQ5cARV-CIAgKAiAWY3g/50223682758-9ce3346ccf-o.jpg](https://s2.glbimg.com/FWy-LRdRB2g-hUP9esgm68xh24A=/0x0:2000x1333/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/c/7/4bQ5cARV-CIAgKAiAWY3g/50223682758-9ce3346ccf-o.jpg)

Queimada em área de floresta próximo a Porto Velho — Foto: Bruno Kelly/Amazonia Real/Arquivo

O secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt, destacou que há um crescimento mundial de novas barreiras ao comércio internacional, o que inclui questões ligadas à sustentabilidade. “É um novo desafio”, disse. O secretário disse que o Brasil tem uma matriz energética limpa e frisou que a agenda ambiental “é parte integrante” do acordo Mercosul-UE desde a negociação.

Sobre as perspectivas em relação ao acordo, Costa e Silva afirmou que o governo trabalha para “explicar melhor” as condições e tentar “mudar um pouco da narrativa” que está sendo feita em relação ao seu conteúdo. Está em andamento também o trabalho de revisão legal para “dar os nós” em detalhes técnicos. A previsão é que essa fase seja concluída ainda neste semestre, disse. Ele acrescentou que pandemia dificulta as discussões, mas que o processo é, de fato, demorado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/04/2021

PERDA DE GRÃOS SEGUE EXPRESSIVA NO BRASIL

Pesquisa mostra que, em 2020, perdas chegaram a R\$ 3,2 bilhões no caso da soja e a R\$ 1,3 bilhão no do milho

Por Fernanda Pressinott — De São Paulo

Embora os investimentos em rodovias e no transporte multimodal de grãos venham aumentando no país, as perdas de soja e milho relacionadas às atividades logísticas continuam a ceifar parte dos lucros de produtores e traders. Em 2020, caíram pelas estradas e esteiras transportadoras 1,58 milhão de toneladas de soja e 1,34 milhão de toneladas de milho, segundo levantamento do engenheiro agrônomo Thiago Guilherme Péra, coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (EsalqLog).

Em termos percentuais, as perdas, de 1,17% da produção da soja e de 1,27% do milho, são pequenas, mas elas corresponderam, respectivamente, a R\$ 3,19 bilhões e R\$ 1,31 bilhão nessas culturas.

Os cálculos de Péra quantificam perdas físicas nos transportes rodoviário, multimodal ferroviário (integração de rodovia e ferrovia), multimodal hidroviário, armazenagem, portos e transporte rural das fazendas aos armazéns. “Nos EUA, as perdas são praticamente inexistentes. Então, podemos falar de um grande desperdício no Brasil pela falta de cuidados”, diz.

Segundo ele, em volume, as perdas têm crescido desde 2010, em linha com o aumento da produção, mas, em termos relativos, há estabilidade, com percentuais de 1,17% a 1,25% ao ano.

Segundo ele, em volume, as perdas têm crescido desde 2010, em linha com o aumento da produção, mas, em termos relativos, há estabilidade, com percentuais de 1,17% a 1,25% ao ano.

Um dos maiores vilões do desperdício é o transporte do campo até os armazéns localizados fora das fazendas. “A necessidade de levar os grãos em caminhões, na maior parte das vezes em estradas não pavimentadas e em condições precárias, faz cair muita soja e milho. Mas também há perdas no armazém”, diz o pesquisador.

No caso do milho, 61,59% das perdas foram causadas pela necessidade de armazenagem, seguida pelas perdas nas rodovias (12,2%), no transporte multimodal ferroviário (8,69%), no transporte rural da fazenda ao armazém (6,5%), nos portos (6,41%) e no multimodal hidroviário (4,54%).

Para a soja, a armazenagem foi responsável por 52,3% das perdas, seguida pelas perdas nos portos (13,1%), no transporte rodoviário (12,7%), no transporte multimodal ferroviário (11,3%), no transporte rural das fazendas aos armazéns (5,5%) e no transporte multimodal hidroviário (5%).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/04/2021

MME ESPERA R\$ 2 BI EM LEILÃO MINERAL NO PARÁ

Ministério pretende atrair investimentos de R\$ 2 bi com o disputa de área para exploração de caulim
Por Daniel Rittner — De Brasília

O Ministério de Minas e Energia pretende atrair investimentos de R\$ 2 bilhões com o leilão, no segundo semestre, dos direitos minerários de uma área de 10 mil hectares no nordeste do Pará para a exploração de caulim. Diante do novo ciclo de alta das commodities no mercado internacional, o governo se mostra convencido de que haverá interessados na oferta.

O projeto Rio Capim, localizado a 270 quilômetros de Belém, deve ser o quarto ativo licitado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em nova modelagem. A estatal de pesquisa oferece ao mercado o direito de exploração de áreas onde já possui título minerário e conhecimento geológico acumulado.

Além de um pequeno bônus de assinatura, o vencedor do leilão se compromete a pagar ao governo um percentual das receitas brutas geradas pela venda do minério extraído. Ganha a disputa quem apresentar o maior percentual. Também existem dois “bônus de oportunidade” que devem ser pagos à medida que o desenvolvimento das jazidas avance.

Em outubro de 2019, a CPRM testou esse modelo pela primeira vez. Na ocasião, a Perth Recursos Minerais arrematou os direitos do complexo polimetálico de Palmeirópolis (TO). Outras dois projetos - Cobre de Bom Jardim (GO) e Fosfato de Miriri (PE/PB) - estão com seus leilões marcados para julho.

No caso do Rio Capim, uma consulta pública foi aberta na segunda-feira para receber contribuições de interessados até o dia 14 de maio. Depois, o edital seguirá para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A intenção do governo é fazer o leilão ainda neste ano - trabalha-se com o mês de outubro como tentativa.

A CPRM estima que os depósitos tenham quase 800 milhões de toneladas de caulim, o que transforma a área em uma das mais promissoras do mundo. O metal é usado como insumo para as indústrias de tintas, papel, plástico, cerâmica e cosméticos.

Quando as jazidas estiverem em plena atividade, a venda do minério beneficiado deverá render R\$ 1,5 bilhão por ano e o empreendimento recolherá cerca de R\$ 180 milhões anuais em impostos, além da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), segundo cálculos oficiais.

O leilão será definido pelo maior ágio sobre a incidência mínima de royalties, que é de 1% das receitas brutas. O pagamento de bônus de assinatura no valor de R\$ 500 mil é uma condição prévia para a assinatura do contrato de cessão dos direitos minerários. Depois, serão dois prêmios de oportunidade (um deles na concessão da lavra), somando R\$ 9,5 milhões.

A empresa vencedora precisará executar um programa mínimo de exploração mineral, orçado em R\$ 1 milhão, para confirmar a viabilidade econômica do projeto. Esse programa deverá ser executado em até seis meses.

A estimativa de R\$ 2 bilhões em investimentos leva em consideração a estrutura para lavra, beneficiamento e o escoamento do minério da planta até os portos do Pará por meio de um mineroduto.

O diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, Marcio Remédio, afirma que a qualidade dos depósitos e o baixo risco de exploração - devido à pesquisa já acumulada - tornam esse ativo muito interessante para potenciais investidores. Na avaliação dele, o aumento das commodities reforça a atratividade para o leilão. “Vemos excelentes perspectivas de sucesso”, diz Remédio, otimista quanto à realização do certame até o fim deste ano.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 15/04/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

OPERAÇÕES NO PORTO DE RIO GRANDE SÃO RETOMADAS APÓS ACIDENTE

Entrada e saída de embarcações estava suspensa desde a segunda-feira após um acidente entre um barco e um navio.

Por G1 RS e RBS TV



[https://s2.glbimg.com/NcdX2TDVYGF910uHfxATRzj_dpY=/0x0:766x541/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2021/V/T/qDYDbORRWuxUQrhsLByA/portos.jpg](https://s2.glbimg.com/NcdX2TDVYGF910uHfxATRzj_dpY=/0x0:766x541/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2021/V/T/qDYDbORRWuxUQrhsLByA/portos.jpg)

Operação está sendo realizada para resgatar barco naufragado — Foto: Divulgação / Superintendência de Portos do RS

As operações no Porto de Rio Grande, no Sul do estado, voltaram a ser normalizadas na noite de terça-feira (13). As entradas e saídas de embarcações estavam suspensas desde a segunda (12) após um

acidente entre um barco e um navio.

Dezesseis navios que estavam parados, para entrar ou sair, conseguiram seguir viagem. De acordo com a Superintendência de Portos do RS, não há como mensurar um possível prejuízo financeiro durante o tempo em que as operações ficaram paralisadas.

Uma operação de resgate do barco pesqueiro envolvido no acidente será realizada entre a tarde e a noite desta quarta-feira (15), porém, segundo a Superintendência de Portos, o trabalho não afeta o fluxo do Porto.

Acidente

Na segunda-feira (12), um navio carregado estava em frente ao terminal de contêineres do Porto de Rio Grande seguindo viagem em direção ao oceano, quando um barco de pesca que estava próximo acabou batendo na embarcação, e depois afundou.

Em nota, a Marinha do Brasil, por meio do Comando do 5º Distrito Naval, informou que está trabalhando ativamente para investigar as causas do acidente.

Após a batida, três tripulantes da embarcação pesqueira se jogaram na água ao perceber que o barco iria afundar. Eles foram resgatados pela Praticagem da Barra do Rio Grande. Ninguém ficou ferido.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 15/04/2021

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

AUTORIDADE PORTUÁRIA RECEBE PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DE TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ

Defensores da obra agora reivindicam PPP; governo estadual ainda tenta ponte e também propõe novo corredor logístico

Por Klaus Richmond

SANTOS - Nos últimos dois anos, a proposta de fazer uma ligação rodoviária entre os municípios de Santos e Guarujá, no litoral paulista, ficou travada numa polêmica sobre qual seria o melhor trajeto: uma ponte ou um túnel submerso. Na semana passada, a proposta do túnel avançou.

Autoridade portuária de Santos abriu chamamento público para receber estudos sobre o traçado do túnel. O processo pode durar até quatro meses.

Entre os defensores dessa opção, agora há uma discussão sobre qual seria o melhor modelo para viabilizar o projeto.

O movimento “Vou de Túnel”, encabeçado por um pool de engenheiros navais, empresas e associações, defende a adoção de uma PPP, parceria público privada. Para o grupo, a obra poderia ser iniciada ainda em 2021 se fosse entregue à iniciativa privada.

A autoridade portuária, porém, trabalha com a perspectiva de incluir o túnel dentro do processo de privatização do porto, o que daria preferência para uma concessão patrocinada, modelo em que os responsáveis pelos investimentos receberiam uma contraprestação para viabilizar o projeto. Estudos apontam que o leilão pode ocorrer em 2022.



https://f.i.uol.com.br/fotografia/2019/04/19/1557230095cba73013290e_1555723009_3x2_md.jpg

Vista geral do Terminal BTP (Brasil Terminal Portuário) no Porto de Santos – Eduardo Knapp/Folhapress

“O plano A é que o projeto seja um investimento obrigatório do concessionário privado do porto, mas o processo pode ser desenvolvido separadamente se os estudos demonstrarem que há viabilidade técnica e econômica”, cita Bruno Stupello, diretor de desenvolvimento de negócios e regulação da SPA (Santos Port Authority, sigla em inglês

utilizada para definir a autoridade portuária).

“Por que empurrar para uma privatização? Ela pode nem sair. O plano A, agora, precisa ser uma PPP (parceria-público privada)”, diz Casemiro Tércio Carvalho, um entusiasta do túnel, ex-presidente da SPA.

Em paralelo, o governo do estado de São Paulo, defensor da ponte, ainda tenta viabilizar o trajeto sobre o mar. O argumento é que ponte e túnel podem conviver e atenderiam diferentes necessidades portuárias.

“Torcemos para que tenham uma equação financeira que possa se sustentar o projeto [de túnel], ambos possam acontecer. Mas o nosso foco é a ponte, e entregamos o projeto alterado e pronto”, diz o secretário de logística e transportes do estado de São Paulo, João Octaviano Machado.

Entre as modificações para a que a ponte seja executada destaca-se a alteração de um vão principal de 750 metros, com altura de 85 metros a partir do nível do mar, que, segundo o estudo, elimina qualquer possibilidade de interferência operacional no porto.

A estrutura da ponte, estimada em R\$ 3,9 bilhões, seria erguida pela concessionária Ecorodovias, responsável pelo sistema Anchieta-Imigrantes, em troca da extensão do contrato para exploração dos serviços, que inicialmente vence em 2026, por mais 30 anos.

Em 19 novembro, a secretaria de transporte e logística do estado entregou ao Ministério da Infraestrutura a reformulação do projeto da ponte para minimizar os riscos de impacto no porto.

Em nota, na ocasião, disse que com as adequações “a obra está pronta para ser iniciada, dependendo do aval do Ministério da Infraestrutura”. Quase seis meses depois, o estado reclama de ter ficado “no vácuo”.

A percepção de quem acompanha a discussão é que o componente político ganhou mais peso, uma vez que cresceram as rivalidades entre o governador João Doria (PSDB) e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) durante a pandemia.

“Nos causa estranheza [a demora na resposta]. Se não querem, é só falar, mas precisam explicar por que não querem, também. Fizemos uma solicitação de mudança do local de pilares e cumprimos. Já vai para seis meses e só ouvimos, até agora, que está em análise”, diz Machado.

Enquanto isso, cresceu o apoio ao túnel. No último dia 19 de fevereiro, em visita ao porto, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, um aliado do presidente Bolsonaro, reforçou o discurso em favor do túnel.

“Estudos mostram que a opção do túnel seria mais vantajosa por uma série de razões, inclusive razões técnicas, além de investimentos e resultados. Por essa razão, ao nosso ver, seria mais interessante a solução através de um túnel e não de uma ponte para a ligação seca”, afirmou.

Os defensores do túnel, que custaria aproximadamente R\$ 3 bilhões, também reforçaram as suas críticas. Em 1º de abril, popularmente conhecido como dia da mentira, os responsáveis pelo “Vou de Túnel” publicaram no Twitter uma mensagem desqualificando a ponte.

“Hoje, a gente até dá um desconto porque é primeiro de abril. O problema é que te contam essa mentira o ano todo!”, afirmou a publicação. “O projeto da ponte impede o desenvolvimento do porto e não beneficia em nada as cidades de Santos e Guarujá. Por que alguém iria querer tirar isso do papel?”

O grupo “Vou de túnel” diz ainda que o trajeto submerso sofreu adequações que tendem a reduzir o valor do investimento. Foi reduzido, por exemplo, o número de desapropriações. “Hoje, evoluímos muito em relação ao primeiro projeto da Dersa [de 2014], que era bom, mas que tinha o grave defeito englobar a entrada da cidade”, diz Eduardo Lustoza, diretor de portos da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos.

Na avaliação dele, a insistir na ponte perdeu o sentido. “O chamamento da autoridade portuária já uma clara ação de que estão decidindo pelo túnel, que não aceitam outra opção”, diz Lustoza. “Os estados que precisam do porto não podem ficar a mercê de uma visão míope do governo estadual, nem de algum interesse particular,”

Procurado, o Ministério de Infraestrutura informou que concorda com o pleito de uma ligação seca entra as duas margens e que defende “uma solução que atenda às demandas da sociedade e não impeça as operações portuárias atuais e futuras”.

Ainda segundo a pasta, no fim de 2020, houve reunião com representantes da secretaria estadual de transportes e logística, da SPA e da Ecovias para discutir alterações no projeto de solução da ponte e que o projeto é avaliado juntamente com a alternativa do túnel “para a definição da solução mais adequada” tanto com relação a custo e prazo, seja envolvendo a desestatização do Porto ou outro formato.

A BTP (Brasil Terminais Portuários), um dos principais operadores do porto, também voltou a manifestar apoio ao projeto do túnel. “Além de ser a obra mais viável economicamente, o projeto do túnel descarta a criação de uma barreira física no canal de navegação”, disse o presidente Ricardo Arten.

A ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários) diz que ainda aguarda pela definição dos projetos para se posicionar. “A posição, hoje, é clara: vamos aguardar. Se algum deles impactar, vamos ser contrários”, explica o diretor-presidente Jesualdo Conceição.

LINHA-VERDE TEM CONSENSO

Se há claras divergências entre ponte e túnel, há consenso com relação a outro projeto, chamado de linha-verde. Anunciada no último mês, a proposta do governo estadual é aliviar o sistema Anchieta-Imigrantes com a criação de uma nova rota logística entre Santos e São Paulo.

O chamamento público para a entrega de projetos da iniciativa privada foi aberto em 25 de março. As propostas podem contemplar alternativas com diferentes modais, mesclando rodovia e ferrovia, com conclusão em prazos de seis a oito anos.

“É uma alternativa. Já nasceria com uma concessão, mas ainda sem estimativa de valores e de trajeto. Acreditamos que vai ter um forte impacto no transporte, resolvendo problemas hoje crônicos”, afirma Octaviano.

Ainda não há definição de um traçado, mas a projeção é de que a ligação faça a conexão do rodoanel, na capital, com a margem esquerda do porto.

O período para a apresentação de projetos ou estudos vai até o próximo dia 30, contendo a viabilidade técnica e, também, econômica. Para abrigar a alça ferroviária, seria preciso a construção de túneis maiores.

Detalhe. O projeto não tem ligação com a ponte entre Santos e Guarujá.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 15/04/2021

GOVERNO APROVA COMPENSAÇÕES DE US\$ 6,45 BI À PETROBRAS EM LEILÃO DE SÉPIA E ATAPU

O Ministério de Minas e Energia aprovou acordo entre a Petrobras e a estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.) que prevê compensações de US\$ 6,45 bilhões à petroleira no caso de leilão de excedentes da cessão onerosa nos campos de Sépia e Atapu.

O valor, que deverá ser pago pelos vencedores da licitação das áreas, poderá ainda ser complementado a cada ano entre 2022 e 2023 caso o preço do petróleo atinja média anual superior a US\$ 40 por barril, até um limite de US\$ 70 por barril, disse a pasta em comunicado na noite de quarta-feira (14).

"O próximo passo para a realização da licitação, ao final de 2021, será a submissão para aprovação, pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), dos bônus de assinatura e das alíquotas mínimas de excedente em óleo para cada um dos campos", disse o ministério, em comunicado divulgado em seu site.



Um acordo preliminar entre a Petrobras e a PPSA sobre os termos para o leilão havia sido divulgado na última sexta-feira (9), mas ainda dependia de aval do governo federal.

A aprovação do Ministério de Minas e Energia foi formalizada em edição extra do Diário Oficial da União na quarta-feira (14).

A compensação líquida à Petrobras será de US\$ 3,253 bilhões para Atapu e US\$ 3,2 bilhões para Sépia.

O ministro Bento Albuquerque disse no início do ano que o governo prevê realizar em novembro o leilão de excedentes da cessão onerosa nos blocos de petróleo e gás natural de Sépia e Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos.

CESSÃO ONEROSA

A Petrobras assinou contrato com o governo em 2010 que deu à companhia o direito de produzir até cinco bilhões de barris de óleo equivalente em áreas do que ficou conhecido como "cessão onerosa". Mas as jazidas da região extrapolam esse volume, e por isso a União busca leiloar o montante adicional.

Sépia e Atapu chegaram a ser oferecidos para investidores em um primeiro leilão de excedentes da cessão onerosa em 2019, junto com outros blocos, mas não receberam ofertas.

De acordo com especialistas, as incertezas sobre o valor das compensações à Petrobras, que antes deviam ser negociadas diretamente com a empresa, ajudaram a minar o interesse pelos ativos.

Para promover nova licitação, o governo atribuiu à PPSA a tarefa de negociar os valores de compensação à estatal.

Recentemente, em março, o governo aprovou a criação de um comitê para participar dessas discussões e definiu que o acerto sobre os valores precisaria ser submetido à deliberação da pasta de Minas e Energia.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 15/04/2021

GERDAU LANÇA NOVA EMPRESA PARA ATUAR NO MERCADO DE GRAFENO

A Gerdau lançou nesta quinta-feira (15) uma nova empresa focada no desenvolvimento e comercialização de produtos com a aplicação de grafeno, um nanomaterial composto apenas por carbono que apresenta benefícios de propriedades mecânicas, como a redução de peso e de atrito.

A Gerdau Graphene faz parte do portfólio de empresas da Gerdau Next, divisão de novos negócios da Gerdau, e terá operação independente das divisões de negócio de aço. Nesta primeira etapa, irá focar nos mercados de construção civil, lubrificantes industriais e automotivos, borracha, termoplásticos, tintas, baterias e sensores nas Américas.

O primeiro cliente será a própria Gerdau e suas usinas de aço, disse o diretor geral da Gerdau Graphene, Alexandre de Toledo Corrêa, em nota, acrescentando que isso permite a criação e testes de novos produtos e soluções com velocidade e intimidade de aplicação.

O vice-presidente da Gerdau, Juliano Prado, afirmou que a companhia já trabalhava com o grafeno em Manchester, na Inglaterra, desde 2019. Ele disse ainda que o produto é o material mais forte já encontrado e um dos melhores condutores que existem, com inúmeras aplicações potenciais.

"Com parcerias estratégicas já estabelecidas neste novo negócio, estamos confiantes de que a Gerdau Graphene será um player relevante nas Américas", acrescentou.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 15/04/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MARK JUZWIAK É O NOVO PRESIDENTE DA ABAC

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-mark-juzwiak-alianca-navegacao.jpg>

Arquivo/Divulgação

Diretor da Aliança assume posição que estava vaga desde o falecimento de Cleber Lucas, em março. Associação empossou a diretoria para biênio 2021/2023.

Mark Piotr Juzwiak é o novo diretor-presidente da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), que elegeu e empossou, nesta quinta-feira (15), os integrantes da nova diretoria para o biênio

2021/2023. Juzwiak, que é diretor de relações institucionais da Aliança Navegação e Logística, ocupará a vaga de Cleber Lucas, que morreu no último dia 16 de março, em decorrência da Covid-19. O suplente do novo presidente da associação é Marcus Voloch, diretor-executivo da Aliança.

Confira a diretoria da Abac para o biênio 2021/2023:

Diretor-presidente: Mark Piotr Juzwiak (Aliança). Suplente: Marcus Voloch (Aliança);
Diretor: Eduardo Nogueira Simeone. Suplente: Marcio Arany da Cruz Martins (Log-In);
Diretor: Ângelo César Silva Maranhão. Suplente: Karina Oliveira Maffei;
Diretor Angelo Baroncini (Norsul). Suplente: Rodrigo Pires Cuesta;
Diretor Marco Aurélio de Clemente Guedes. Suplente: Arthur Alfredo de Andrade;
Diretora Vivian Pedra Carvalhal. Suplente: Leticia Horn Lauria;
Diretor Jair Toledo de Souza. Suplente: Jones Alexandre Barros Soares;
Diretor-executivo: Luís Fernando Resano;

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

ESTIVADORES DE PARANAGUÁ RECEBEM SUSPENSÕES E TÊM REGISTROS CANCELADOS POR FALTA DE ASSIDUIDADE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-ogmo-paranagua-aplica-integralmente-aos-estivadores-as-previsoes-constantes-na-convencao-coletiva-de-trabalho.jpg>

Ogmo Paranaguá aplica integralmente aos estivadores as previsões constantes na Convenção Coletiva de Trabalho

Previstas nas Convenções Coletivas de Trabalho do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Pontal do Paraná (Sindestiva) há mais de dez anos, as regras de assiduidade tratam da presença regular e constante dos TPAs no trabalho. Com um regime diferente de qualquer outro trabalhador, os estivadores são avulsos, ou seja, eles escolhem quando



trabalhar: as empresas operadoras portuárias solicitam um contingente de trabalhadores para uma determinada operação e cada TPA decide se quer se habilitar para aquela oportunidade de trabalho ou não.

As cláusulas de assiduidade da convenção coletiva da categoria foram pactuadas para priorizar os trabalhadores regulares, cuja principal fonte de renda anual depende do porto, em detrimento dos TPAs que se habilitam eventualmente, muitos deles porque exercem outras atividades profissionais e possuem outras fontes de renda além da estiva.

O estímulo para que os TPAs compareçam ao trabalho tem ainda o objetivo de assegurar a continuidade da mão de obra avulsa, garantindo o atendimento das requisições de trabalhadores realizadas pelos Operadores Portuários (OPs).

Considerando o efetivo de TPAs matriculados no Ogmo Paranaguá, "mais do que suficiente para o atendimento da demanda", destaca a entidade em nota, as regras de assiduidade dos estivadores são muito mais flexíveis e brandas que as exigidas dos empregados em geral.

A Cláusula Vigésima Primeira da atual CCT dos Estivadores convencionou que o TPA deve ter um engajamento médio mensal de 14 vezes a cada 60 oportunidades de trabalho no trimestre, com suspensões de 10 a 30 dias, dependendo da gravidade, para os que não atingirem essa média. Até o momento, 99 TPAs foram penalizados pelo Ogmo Paranaguá com suspensões – 35 TPAs com suspensão de 10 dias; 23 TPAs com suspensão de 20 dias; e 41 TPAs com suspensão de 30 dias.

Já a Cláusula Vigésima Segunda da convenção determina o cancelamento do cadastro/registro e afastamento temporário do estivador que deixar de cumprir, sem justificativa, a frequência mínima estabelecida nos termos da CCT: pelo menos uma habilitação a cada 120 dias. Ao todo, 74 estivadores do Porto de Paranaguá tiveram seus registros cancelados nesta modalidade desde o mês passado.

Ou seja, foram punidos com cancelamento do registro no Ogmo Paranaguá os estivadores que ficaram 120 dias sem trabalhar sem justificativa e receberam penalidade de suspensão aqueles que tiveram média mensal de trabalho, em 90 dias, inferior a 14 dias.

De acordo com o Ogmo Paranaguá, o levantamento dos TPAs que não atendem às cláusulas de assiduidade previstas pela convenção coletiva é feito automaticamente pelo sistema do órgão, que é totalmente on-line e informatizado. Em casos como esse, a Convenção Coletiva de Trabalho dispensa a atuação da Comissão Paritária.

Em anos anteriores, a não aplicação das regras de assiduidade foi negociada pelas diretorias do Sindestiva e do Sindicato dos Operadores (Sindop), mas neste ano não houve consenso nas negociações, que também envolviam a implantação do sistema de quatro chamadas diárias para o trabalho.

Em janeiro, o Ogmo Paranaguá implantou um sistema de quatro escalas de trabalho para os TPAs, que, até então, contava com duas chamadas diárias. Esse novo sistema é adotado nos grandes portos brasileiros, como os de Santos (SP) e Imbituba (SC), e está funcionando para todas as demais categorias de trabalhadores avulsos de Paranaguá: Conferentes, Consertadores, Vigias, Arrumadores e Bloco.

As duas chamadas diárias continuam sendo realizadas apenas para os estivadores que, inclusive, obtiveram decisão liminar na Justiça do Trabalho para manter o sistema antigo até o dia 31 de julho, quando expira a vigência da CCT. Na Justiça do Trabalho, o Sindestiva não aceitou a proposta de acordo para antecipar a implantação das quatro escalas de trabalho, de agosto para abril, em troca da não aplicação das punições de assiduidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

A HAPAG-LLOYD ENCOMENDA 150 MIL CONTÊINERES PADRÃO E REFRIGERADOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180530-hapag-lloyd.jpg>

A Hapag-Lloyd está aumentando mais uma vez o investimento em sua frota de contêineres à luz da situação atual — semelhante ao que a empresa de transporte de contêineres fez em 2020 em sua resposta inicial à pandemia. Hoje, a empresa de navegação precisa de um número bem maior do que o normal para transportar o mesmo volume, porque os contêineres estão rotacionando mais devagar.

A linha de transporte de contêineres encomendou 150 mil TEUs na China — secos e reefers de última geração. Algumas das unidades já foram entregues à Hapag-Lloyd e integradas à sua frota no primeiro trimestre. Mas a maior parte deve ser entregue nos próximos meses.

Além disso, a Hapag-Lloyd encomendou também oito mil TEUs de contêineres especiais para serem usados em mercadorias superdimensionadas ou perigosas.

“A indústria de transporte marítimo de contêineres está tendo uma demanda sem precedentes, o que levou à escassez de contêineres em todo o mundo. Com seus recentes pedidos de contêineres, a Hapag-Lloyd está contribuindo com os esforços para amenizar a situação atual e será capaz de oferecer aos seus clientes um serviço muito melhor”, disse Rolf Habben Jansen, CEO da companhia de navegação.

Os investimentos somam cerca de US\$ 550 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

WARTSILA TEM ANO RECORDE COM PEDIDO DE PURIFICADORES NO ESTALEIRO JAPAN MARINE UNITED

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 15 Abril 2021

<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-purificador-wartsila.jpg>



A Wartsila entregou um número recorde de purificadores em 2020. Um pedido significativo foi registrado em novembro do ano passado pelo estaleiro japonês Japan Marine United (JMU), para instalar um purificador de 25 MW em um novo Very Large Crude Carrier (VLCC) de propriedade japonesa com entrega em 2022.

O sistema funcionará em uma configuração de malha aberta. Ao todo, a Wartsila instalou 35 purificadores em navios que estão sendo construídos no JMU.

Scott Oh, diretor da Wartsila Exhaust Treatment Asia, disse: “Estamos muito satisfeitos por obter o recorde do ano passado com este pedido na JMU. Alcançar pedidos contínuos sustentados globalmente, apesar dos desafios causados pela pandemia da Covid-19, é uma prova do compromisso de nossas equipes e parceiros”.

“Esta instalação é uma indicação clara de como os depuradores estão se tornando importantes para os navios recém-construídos, já que pretendem acompanhar o cenário regulatório ambiental cada vez mais restrito do transporte marítimo”, disse.

A Wartsila Exhaust Treatment é líder de mercado de sistemas de limpeza de gases de escape marítimos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

CANAL DO PANAMÁ ADIA AJUSTE DE SERVIÇO

Da Redação NAVEGAÇÃO 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-canal-do-panama.jpg>

A autoridade do Canal do Panamá resolveu adiar para 1º de junho a taxa de reserva de trânsito, após levar em conta solicitações de clientes e associações. A alteração entraria em vigor nesta quinta-feira (15).

“O Canal do Panamá valoriza a opinião de seus clientes, pois busca maneiras de agregar valor e melhorar nosso serviço de forma constante”, disse o administrador Ricaurte Vásquez Morales.

“Sempre levamos em consideração como as mudanças que fazemos podem afetar nossos clientes e trabalharemos junto com eles para garantir que seu feedback seja ouvido e nossos objetivos estejam alinhados”, completou.

O sistema de reserva de trânsito é um serviço opcional oferecido pelo Canal do Panamá que dá aos clientes a possibilidade de transitar em uma data determinada mediante o pagamento de uma taxa adicional. A crescente demanda por esses slots fez com que o canal reajustasse o valor desse serviço nas tarifas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

PORTO DO ITAQUI CRESCE 25,4% NO 1º TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-porto-do-itaqui-granel-navio-graneleiro.jpg>

Foram movimentadas 5,9 milhões de toneladas de cargas nos três primeiros meses do ano, com destaque para combustíveis, soja, milho e fertilizantes

Após um ano do início da pandemia, a Emap, responsável pela gestão do

O Porto do Itaqui fechou o primeiro trimestre com um volume de cargas 25,4% maior do que o registrado nos três primeiros meses de 2020 e aproximadamente 17% acima do planejado para o período. Do total de 5,9 milhões de toneladas movimentadas, 2,1 milhões foram graneis líquidos, carga que cresceu 56% no comparativo com o mesmo período do ano passado. A soja vem em seguida, com quase 2 milhões de toneladas exportadas e alta de 24%.

A maior alta registrada no acumulado do ano foi do milho, com volume 136% superior à marca de 2020. Seguem em crescimento também os volumes de fertilizantes (14% +), celulose (28% +), manganês (46%+) e carga em contêiner (10% +). Todos comparados ao primeiro trimestre de 2020.

“O ano começou com boas perspectivas para o Porto do Itaqui. Além da manutenção do crescimento no Agronegócio, com destaque para grãos e fertilizantes, e cargas de valor agregado, como a celulose, os combustíveis, com destaque para o entreposto, voltaram a crescer, o que é um forte indicativo de retorno da atividade econômica. Também observamos crescimento na movimentação de contêineres, que, desde o ano passado, tem tido papel essencial no abastecimento do Maranhão e de toda a nossa área de influência com alimentos, equipamentos, produtos hospitalares e materiais de construção, todos essenciais no combate à pandemia”, afirmou Ted Lago, presidente do Porto do Itaqui.

O porto público do Maranhão tem vocação para movimentar graneis sólidos e líquidos. A produção de grãos (exportação de soja e milho) e a movimentação de combustíveis (importação de diesel e gasolina) são responsáveis pela maior parte do volume de cargas em operação no Itaqui.

Com a inauguração do Novo Tegram no ano passado, a capacidade de movimentação de grãos subiu para 20 milhões de toneladas/ano (incluindo as operações da VLI). A entrada em operação de novos terminais de granéis líquidos e uma mudança na estratégia de entreposto pela Petrobrás puxaram a movimentação de granéis líquidos.

A previsão é fechar o ano com recorde na movimentação anual, ultrapassando as 26 milhões de toneladas em 2021. A movimentação de granéis líquidos deve crescer ainda mais com a expansão da infraestrutura para esse tipo de operação.

Estão em fase de conclusão as obras do Tequimar-Ultracargo e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) acaba de realizar leilão para arrendamento de quatro áreas destinadas à movimentação, armazenagem e distribuição de combustíveis no Porto do Itaqui, totalizando mais de R\$ 800 milhões entre investimentos e outorgas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

CODESA LIMPA CANAL EM CAPUABA E IMPLANTA ‘CORTINA VERDE’

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-vala.jpg>

Na próxima semana, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) inicia a limpeza e o desassoreamento do canal de drenagem da retroárea de Capuaba, em Vila Velha. O serviço inclui, ainda, a implantação de uma “cortina verde” com o plantio de árvores ao longo de 1.100m do canal, localizado na divisa com os bairros Ilha das Flores e Paul. A obra tem prazo de 330 dias para ser concluída.

“Além da limpeza do canal, os serviços visam a recuperação e a estabilização da calha hidráulica. O projeto executivo ainda define a seção de escoamento e a implantação de faixas ciliares de proteção às margens do canal”, explica o engenheiro da Codesa, Fernando Elias Rangel.

A limpeza será feita com escavadeiras de grande porte – um caminho de rolamento foi aberto ao longo do canal. O serviço abrange ainda o desentupimento de manilhas. A etapa final inclui a reconstrução de cerca e concertina, bem como o plantio de mudas de eucalipto.

Aterros

“Trata-se de um problema de mais de 30 anos, minimizado com a obra da retroárea entre os anos 1999 a 2002, mas que permanece prejudicado pelos aterros diversos do braço do Rio Aribiri feitos pela comunidade local”, ressalta o superintendente Geral de Projetos (Supger) da CODESA, Anderson Dias Polido.

A Supger participa da obra juntamente com outras coordenações: Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (Comast), Contratos (Coarco), Programação Portuária (Cogpro), Segurança Portuária (Cosnip) e Serviços Gerais (Coserv).

A limpeza e o desassoreamento do Canal de Capuaba têm origem na condicionante nº 44, LAR nº 06/2014 do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), e atende a demandas do Ministério Público Federal e da própria comunidade circunvizinha à Capuaba. Já a “cortina verde” é uma iniciativa da Codesa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

ASSINADO ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO DO TERMINAL DE GRANEL LÍQUIDO (TGL) DO PORTO DE IMBITUBA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210415-assinatura.jpg>

A SCPAR Porto de Imbituba assinou nesta quarta-feira (14) o contrato de arrendamento transitório do Terminal de Granel Líquido (TGL) do Porto de Imbituba com a empresa Fertisanta, vencedora do processo seletivo simplificado nº 01/2020.

O regime de exploração da área dentro do porto tem como objetivo a movimentação e armazenagem de soda cáustica e ocorrerá pelo período de até 180 dias ou até que o processo licitatório para arrendamento de longo prazo seja concluído. O Contrato de Transição passa a vigor dia 12 de maio. Já o leilão do TGL está previsto para ocorrer em julho.

O TGL tem 7.455m² e está localizado entre os cais 1 e 3. É composto por 3 tanques de armazenamento, dois deles fora de operação. O tanque operante tem capacidade de 4.826m³. O terminal também conta com 806 metros de dutos de alimentação, que ligam o cais ao TGL, e equipamento para carregamento de veículos de transporte rodoviário.

A formalização da assinatura contou com a presença dos diretores do porto, da holding SCPAR e da arrendatária Fertisanta, além do presidente do Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba (Sindop), Gilberto Barreto, e colaboradores envolvidos no processo. O diretor-presidente da autoridade portuária, Fábio Riera, destacou que este é mais um importante passo na potencialização da capacidade operacional do porto. “Imbituba possui um excelente acesso marítimo, baixo tempo de espera para atracação e grandes áreas para investimentos e, nesse contexto, o TGL tem um importante papel, permitindo atender as necessidades do mercado, além de estar estrategicamente localizado na área entre berços. Seu arrendamento transitório e, em breve, leilão, irão qualificar a área com incremento na operação e investimentos, que revertem também na geração de emprego e renda”, disse Riera.

Leilão TGL - arrendamento por 10 anos

O projeto de arrendamento do TGL está avançando e a publicação do edital de licitação do terminal deve ocorrer ainda no 2º trimestre. O arrendamento será feito no modelo simplificado, previsto no Decreto nº 8.033/2013, para um período de exploração de 10 anos.

O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), primeira etapa do processo, foi protocolado na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) em outubro de 2020. Atualmente, a minuta do edital e do contrato passam por análise do Tribunal de Contas da União (TCU). O EVTEA prevê a injeção de cerca de 25,5 milhões na infraestrutura portuária pela iniciativa privada.

Com a licitação do terminal, estima-se uma taxa média de crescimento de cerca de 15% na movimentação de soda cáustica até 2029, quando a movimentação deve retornar ao patamar projetado pelo Plano Mestre, girando em torno de 170 mil toneladas/ano.

Dentre os investimentos a serem realizados pelo vencedor da licitação, prevê-se a construção de quatro novos tanques e a demolição e retirada dos dois tanques inoperantes. A estruturação completa do terminal, com cinco tanques em operação, ampliará a capacidade de armazenagem estática para 12.699m³.

As melhorias potencialmente aumentarão a movimentação anual de aproximadamente 80 mil toneladas para cerca de 230 mil toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

PORTO DE ITAJAÍ REALIZA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DA RETROÁREA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210414-porto-de-itajai-recuperacao-asfaltica.jpg>

A Superintendência do Porto de Itajaí está realizando a recuperação do pavimento asfáltico na área primária. Os esforços estarão concentrados entre os berços 3 e 4, que compreende a retroárea pública. O principal objetivo é a segurança dos trabalhadores portuários, caminhoneiros e usuários do porto.

Na primeira mobilização, executada nessa terça-feira (13), foram usados 47 metros cúbicos de asfalto para recuperar 726 metros quadrados de área. As obras estão sendo executadas pela Infracul, empreiteira de pavimentação de Joinville, contratada através de processo de licitação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/04/2021

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES DA CÂMARA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15 Abril 2021

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara realiza audiência pública na próxima segunda-feira (19), para debater a "Devolução da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)", referente a trechos localizados no estado do Rio de Janeiro. A audiência atende requerimento do deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) analisa a prorrogação antecipada do contrato de concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, que também prevê a devolução à União de 1.751 quilômetros da malha total, que é de 7,2 mil quilômetros.

Hugo Leal disse temer que o Rio de Janeiro seja prejudicado nas devoluções de prorrogação da concessão, já que do total a ser devolvido, cerca de 1.000 quilômetros. "Só nesse estado são mais de 600 quilômetros", observou o deputado.



O debate será no plenário 11, às 10 horas.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 15/04/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006